

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2015



PROCESSO DO COLETIVO BRASILEIRO RUMO À TUNÍSIA

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2015

PROCESSO DO COLETIVO BRASILEIRO RUMO À TUNÍSIA

COLETIVO BRASILEIRO RUMO AO FSM 2015 NA TUNÍSIA:

Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Geledés - Instituto da Mulher Negra

IPF - Instituto Paulo Freire

UBM - União Brasileira de Mulheres



MAIO 2015

Coletivo Brasileiro Rumo à Túnis 2015

Damien Hazard

Vida Brasil e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - Abong

Leonardo Vieira

Rogério Pantoja

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Liège Rocha

União Brasileira de Mulheres - UBM

Nilza Iraci

Geledés - Instituto da Mulher Negra

Rita Freire

Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada

Saete Valesan Camba

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso

Sheila Ceccon

Instituto Paulo Freire - IPF

Organização e redação

Alessandra Ceregatti

Camila Caringe

Helda Oliveira Abumanssur

Maíra Vannuchi

Rafael Mignoni

Renata Passos

Colaboração

Deborah Moreira

Soraya Misleh

Bia Barbosa

Suelaine Carneiro

Revisão

Amanda Proetti

Diagramação

Tomas Irici

Imagens

Aline Baker

Elaine Rosa do Santos

Eliane Gonçalves

Gilmar Campos

Janaina Abreu

Juan Alberto Sansano Estradera

Leonardo Severo

Luiz Carvalho

Luiz Marine José do Nascimento

Mídia Ninja

Nelson Pombo

Sandro Ruggeri Dulcet

Stella Oliveira

Vida Brasil

Sumário

Carta de Princípios do Fórum Social Mundial	4
Introdução	6
Diálogos sobre a participação social	9
Democracias: novas estratégias de participação popular para o empoderamento da sociedade civil	15
Sociedade civil global e a agenda de desenvolvimento pós-2015	21
IV Fórum Mundial de Mídia Livre	25
Combate ao racismo e à xenofobia e luta por reparações	33
Atividades complementares	42
Perspectivas	
O legado do FSM 2015 na Tunísia para o processo do FSM 2016 no Canadá	43
Anexos	47
Organizações contempladas pelo projeto	48
Carta Mundial da Mídia Livre	50
Declaração da Assembleia dos Movimentos Sociais	54
Declaração de convergência global dos movimentos em luta por terra e água	56
Fórum Parlamentar Mundial	60
Cronologia e História da Tunísia	62
Missão Gaza	66

Carta de Princípios do Fórum Social Mundial

O Comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de janeiro de 2001, considera necessário e legítimo, após avaliar os resultados desse Fórum e as expectativas que criou, estabelecer uma Carta de Princípios que oriente a continuidade dessa iniciativa. Os Princípios contidos na Carta, a ser respeitada por toda/os que queiram participar desse processo e organizar novas edições do Fórum Social Mundial, consolidam as decisões que presidiram a realização do Fórum de Porto Alegre, asseguraram seu êxito e ampliam seu alcance, definindo orientações que decorrem da lógica dessas decisões.

1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

2. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi um evento localizado no tempo e no espaço. A partir de agora, na certeza proclamada em Porto Alegre de que “um outro mundo é possível”, ele se torna um processo permanente de busca e construção de alternativas, que não se reduz aos eventos em que se apóie.

3. O Fórum Social Mundial é um processo de caráter mundial. Todos os encontros que se realizem como parte desse processo têm dimensão internacional.

4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todas/os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

5. O Fórum Social Mundial reúne e articula somente entidades e movimentos da sociedade civil de todos os países do mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial.

6. Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de todas/os suas/seus participantes. As/os participantes não devem ser chamadas/os a tomar decisões, por voto ou clamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que as/os engajem a todas/os ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

7. Deve ser, no entanto, assegurada, a entidades ou conjuntos de entidades que participem dos

encontros do Fórum, a liberdade de deliberar, durante os mesmos, sobre declarações e ações que decidam desenvolver, isoladamente ou de forma articulada com outros participantes. O Fórum Social Mundial se compromete a difundir amplamente essas decisões, pelos meios ao seu alcance, sem direcionamentos, hierarquizações, censuras e restrições, mas como deliberações das entidades ou conjuntos de entidades que as tenham assumido.

8. O Fórum Social Mundial é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo.

9. O Fórum Social Mundial será sempre um espaço aberto ao pluralismo e à diversidade de engajamentos e atuações das entidades e movimentos que dele decidam participar, bem como à diversidade de gênero, etnias, culturas, gerações e capacidades físicas, desde que respeitem esta Carta de Princípios. Não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos desta Carta.

10. O Fórum Social Mundial se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história e ao uso da violência como meio de controle social pelo Estado. Propugna pelo respeito aos Direitos Humanos, pela prática de uma democracia verdadeira, participativa, por relações igualitárias, solidárias e pacíficas entre pessoas, etnias, gêneros e povos, condenando todas as formas de dominação assim como a sujeição de um ser humano pelo outro.

11. O Fórum Social Mundial, como espaço de debates, é um movimento de idéias que estimula a reflexão, e a disseminação transparente dos resultados dessa reflexão, sobre os mecanismos e instrumentos da dominação do capital, sobre os meios e ações de resistência e superação dessa

dominação, sobre as alternativas propostas para resolver os problemas de exclusão e desigualdade social que o processo de globalização capitalista, com suas dimensões racistas, sexistas e destruidoras do meio ambiente está criando, internacionalmente e no interior dos países.

12. O Fórum Social Mundial, como espaço de troca de experiências, estimula o conhecimento e o reconhecimento mútuo das entidades e movimentos que dele participam, valorizando seu intercâmbio, especialmente o que a sociedade está construindo para centrar a atividade econômica e a ação política no atendimento das necessidades do ser humano e no respeito à natureza, no presente e para as futuras gerações.

13. O Fórum Social Mundial, como espaço de articulação, procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo e à violência usada pelo Estado, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades.

14. O Fórum Social Mundial é um processo que estimula as entidades e movimentos que dele participam a situar suas ações, do nível local ao nacional e buscando uma participação ativa nas instâncias internacionais, como questões de cidadania planetária, introduzindo na agenda global as práticas transformadoras que estejam experimentando na construção de um mundo novo solidário.

Aprovada e adotada em São Paulo, em 9 de abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial, aprovada com modificações pelo Conselho Internacional do Fórum Social Mundial no dia 10 de junho de 2001.

Introdução

O Fórum Social Mundial (FSM), uma iniciativa da sociedade civil global, tem sido um encontro democrático que procura incentivar os debates e o aprofundamento da reflexão coletiva, a formulação de propostas alternativas, a troca de experiências e a constituição de coalizões e de redes entre os movimentos sociais, as Organizações Baseadas em Comunidades (OBCs), as Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital. Caracteriza-se pela pluralidade e diversidade e por ser um espaço laico, não governamental e não partidário. O Fórum Social Mundial não é uma entidade jurídica e nem uma organização.

Após a edição de Porto Alegre, em 2001, a primeira a acontecer em nível mundial, o evento tornou-se um processo de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Esta definição consta da Carta de Princípios do FSM, que tornou-se o evento de referência para o processo de articulação da sociedade civil mundialmente. Sua dinâmica consolidou-se lentamente, não apenas por meio de seus eventos anuais e regionais e de seus encontros locais e temáticos, mas também através de um processo constante de debates, de fortalecimento e de organização de ações e lutas que desafiam a ordem neoliberal e buscam a criação de alternativas.

Para ampliar esse processo, incluir atores anteriormente ausentes e atrair maior variedade de movimentos sociais, organizações e regiões do mundo, o Fórum Social Mundial foi capaz de se reinventar de forma sistemática. Experimentou diferentes formatos e novas metodologias de organização, comunicação, disseminação e trabalho. Atualmente, o FSM propõe um

encontro mundial a cada dois anos, sendo que, nos anos de intervalo, é estimulada a realização de fóruns temáticos, descentralizados e autônomos, a fim de dar seguimento às articulações e reflexões críticas nos diferentes países e regiões.

O Conselho Internacional (CI) é a instância de facilitação coletiva do processo do Fórum Social Mundial, cuja missão é promover ações e reflexões necessárias para que o Fórum continue existindo. O CI foi criado em 2001 na ocasião de um convite feito a diferentes instituições pelo Comitê Organizador Brasileiro do evento, composto por um grupo de oito entidades que organizaram a primeira edição do FSM. Posteriormente, mais organizações se somaram ao Conselho Internacional.

O CI congrega hoje 120 redes e movimentos sociais do mundo inteiro, tendo desenvolvido uma nova forma de propor e facilitar os diálogos e encontros de maneira a favorecer o fortalecimento das lutas sociais e a criação de alternativas em nível global. É uma estrutura que não possui poder de direção, nem hierarquias, líderes ou coordenadores/as, e todas as decisões são tomadas por meio do que é chamado de “consenso qualificado”. O CI quer estar profundamente conectado com a dinâmica dos movimentos sociais sem ser um corpo representativo de qualquer movimento social específico ou sociedade civil organizada, como consta em sua Carta de Princípios¹.

O Fórum Social Mundial se transformou na principal referência nos debates sobre a responsabilidade social e econômica para com o nosso planeta e nosso futuro. Uniu inumeráveis participantes, ativistas e líderes de movimentos sociais e populares, redes e campanhas, estudantes,

¹ Para histórico, informes e documentos do FSM, acesse <http://www.memoriafsm.org/>.

mulheres, intelectuais, cientistas, artistas, jornalistas e outros/as formadores/as de opinião.

De 26 a 30 de março de 2013, aconteceu a décima edição do Fórum Social Mundial, na cidade de Túnis, na Tunísia. O penúltimo encontro mundial enfocou questões como transição democrática - extremamente relevante no contexto da Primavera Árabe e da nova democracia tunisiana -, formação de redes e articulações entre organizações de todo o mundo, luta contra o racismo, entre outras. A decisão de fazer o FSM de 2015 novamente em Túnis foi tomada após a avaliação do impacto do FSM 2013 na conjuntura e nas lutas dos movimentos sociais dos países do norte da África e do mundo, considerando o novo contexto geopolítico e a evolução da crise do modelo neoliberal.

Avaliou-se que, na edição de 2013 do FSM, foi possível perceber que os países árabes, que conduziram processos políticos populares de contestação de Estados autoritários, enfrentavam sérias dificuldades em seus processos nacionais de democratização. Nesses países, os governos dos últimos anos não foram capazes de reformular e implementar políticas que garantissem liberdade e emprego aos/às jovens, igualdade de direitos às mulheres e justiça social aos movimentos. Pelo contrário, em toda a região, o fluxo de armas e a violência de extremistas religiosos se enraízam, as políticas neoliberais ditadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional são apresentadas como a única solução e os movimentos sociais e democráticos vêm enfrentando cada vez mais criminalização.

Intervenções políticas e militares externas se converteram em regra e apontam para a utilização oportunista da instabilidade interna em favor dos Estados Unidos, Europa, Turquia e países do Golfo. Além do Maghreb e do Mashreq, o continente africano, transformado em fonte principal de matérias primas e nova fronteira econômica, é duramente açoitado pela violência extrema, pela violência devastadora dos programas de ajuste econômico e pela militarização generalizada de seus territórios.

Em todo o mundo, incluindo Europa, Ásia, África, América Latina e do Norte, movimentos sociais enfrentam a piora das crises econômicas, sociais e ambientais e uma ofensiva sistemática contra os direitos sociais. O Fórum Social Mundial continua, mais do que nunca, sendo um espaço vital para os movimentos que lutam para que os povos salvaguardem sua dignidade, sigam donos de seus próprios destinos, conquistem novos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e construam alternativas ao neoliberalismo, mais necessárias do que nunca.

FSM 2015

Para a edição do Fórum Social Mundial 2015, na Tunísia, um grupo de organizações tomou para si a responsabilidade do processo de rearticulação do grupo brasileiro ligado ao FSM com o objetivo de mobilizar movimentos e organizações nacionais ou regionais que estiveram ou estão envolvidos com o evento, bem como informar sobre os processos em curso, trocar reflexões sobre o FSM e buscar convergências.

Dessa forma foi constituído o Coletivo Brasileiro, composto por sete organizações (Abong - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada, CUT - Central Única dos Trabalhadores, Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Geledés - Instituto da Mulher Negra, IPF - Instituto Paulo Freire, UBM - União Brasileira de Mulheres), que coordenou várias atividades preparatórias e foi responsável pelo projeto nacional que levou cerca de 150 brasileiros e brasileiras ao Fórum Social 2015, em Túnis.

A participação da maior parte da delegação brasileira foi viabilizada por um projeto coletivo de âmbito nacional, patrocinado pela Petrobras, fruto de um processo participativo e transparente que contemplou diversos eventos de mobilização, dentre os quais, encontros e seminários realizados em São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), a fim de rearticular movimentos sociais de todo o País em torno da formação do Coletivo Facilitador Brasileiro Rumo a Túnis 2015.

Um seminário internacional preparatório foi promovido em janeiro de 2015, em Salvador (BA), e contou com a participação de integrantes do comitê de organização tunisiano e do Conselho Internacional do FSM. O seminário reuniu cerca de 200 participantes na Biblioteca dos Barris, vindos de todas as regiões do País. Este evento também serviu para discutir as expectativas e traçar os quatro eixos principais em torno dos quais a Casa Brasil - espaço brasileiro no território do FSM - propôs suas atividades. Foram eles:

- Mecanismos e instrumentos de democracia participativa: construção de novos modelos de participação cidadã;
- Enfrentamento ao racismo, xenofobia e reparações;
- A Sociedade Civil planetária e a agenda Pós 2015;
- Democratização dos meios de comunicação - Atividades propostas pelo Fórum Mundial de Mídia Livre durante o FSM.

A edição de 2015 do Fórum Social Mundial aconteceu entre os dias 24 e 28 de março, em Túnis, capital da Tunísia. Sob o tema “Dignidade, Direitos”, o FSM 2015 recebeu cerca de 45 mil pessoas e 4,4 mil organizações e movimentos de 122 países, sendo a maior parte da África do Norte e do Oriente Médio, mas também da Europa, de diversos países africanos e das outras regiões do mundo. O número foi inferior às expectativas iniciais - antes do atentado, esperava-se cerca de 60 mil pessoas -, mas significativo. Mais de 1 mil atividades autogestionadas aconteceram no território do FSM e 150 atividades estendidas ocorreram fora do território do evento, em função do momento e dos debates.

Paralelamente ao FSM e em função de sua realização, ocorreram também o 4º Fórum Mundial de Mídia Livre (FMML), Assembleia Geral do Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONGs (FIP), Assembleia das Mulheres, Assembleia dos Movimentos Sociais, marchas, reuniões da delegação brasileira (encontro de boas vindas, encontro com representantes do governo, reunião de avaliação do processo), Fórum de Saúde, Fórum Parlamentar, Assembleia de Ju-

ventude e, por fim, a Missão Gaza, que conduziu brasileiros/as na tentativa de ingressar à Palestina. A missão recebeu, no entanto, o embargo de Israel, com consequências e desdobramentos diplomáticos até o presente momento.

A participação brasileira, a mais expressiva da América Latina, destacou-se pela diversidade. Foi o coroamento de um processo público de seleção de representantes de organizações para a composição da delegação, levando-se em consideração critérios como representatividade e diversidade étnica, cultural, regional e de temáticas de trabalho, entre outros. Cerca de 200 pessoas de mais de 100 organizações e movimentos de todo Brasil representaram os mais diversos segmentos: movimentos negros, albinos, de juventude, mulheres, pessoas com deficiência, reforma agrária, saúde, educação, centrais sindicais, movimentos culturais, direito à cidade, justiça ambiental, justiça de transição, LGBT, povos tradicionais, democratização da comunicação, economia solidária, catadores/as, artesãos/ãs, direitos humanos, governos e empresas estatais.

No espaço do FSM, na Tunísia, foi construída a “Casa Brasil”, uma tenda de 300 metros quadrados de extensão onde foram realizadas mesas de diálogo e debates promovidos por organizações brasileiras, dando visibilidade à presença brasileira no FSM e às suas bandeiras de luta. A estrutura montada, com capacidade para participação de cerca de 150 pessoas e tradução simultânea para os idiomas português, inglês e francês, favoreceu a maior interação dos/as brasileiros/as com participantes de diferentes países.

A tenda da Casa Brasil foi ponto de referência, de encontros e das grandes atividades organizadas como parte do projeto do Coletivo Facilitador Brasileiro Rumo a Túnis 2015. As organizações brasileiras propuseram um conjunto de debates sobre assuntos de interesse comum, em parceria com outros atores internacionais da sociedade civil e com representantes governamentais brasileiros/as. Honrando seu papel histórico, o Brasil permanece como ator estratégico no processo do Fórum Social Mundial!



Casa Brasil FSM 2015 24 a 28 de março

Realização
Coletivo Brasileiro rumo ao
Fórum Social Mundial 2015 na Tunísia

Patrocínio
PETROBRAS GOVERNO FEDERAL
BRASIL



Diálogos sobre a participação social

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Boaventura de Sousa Santos, *Universidade Popular dos Movimentos Sociais, Portugal*

Ivana Bentes, *Secretaria da Cidadania e Diversidade do Ministério da Cultura do Governo Federal do Brasil*

Jeferson Miola, *assessor internacional da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil*

José Barbosa, *gerente de relacionamento comunitário e responsabilidade social da Petrobras*

COORDENAÇÃO DA MESA:

Rogério Pantoja, *executiva nacional da CUT - Central Única dos Trabalhadores, Brasil*

Salete Valesan Camba, *Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasil*

Brasil: participação social como motor de avanços na última década

A partir de 2003, o Brasil iniciou um ciclo importante de mudanças que alteraram completamente a sua fisionomia, retiraram 36 milhões de homens e mulheres da mais absoluta pobreza e incluíram 20 milhões de trabalhadores/as no mercado formal de trabalho, muitos filhos e filhas da população negra, cujos/as vários/as descendentes, gerações após gerações, conseguiram, pela primeira vez, o acesso à universidade. Tais mudanças só foram possíveis com a inauguração de um governo que ampliou e aprofundou a permeabilidade do Estado à participação social. A presença intensiva e qualificada da representação da sociedade civil

nos distintos espaços institucionais de democracia participativa permitiu um processo de inversão de prioridades e de conversão do orçamento público em um instrumento de justiça social.

Não há dúvidas de que esse processo tem limitações, contradições e impasses, mas é certo que a estrutura de participação social desenvolvida nos últimos 12 anos no Brasil talvez não tenha equivalência em todo o mundo. Ela é composta por um complexo sistema de mais de 40 conselhos temáticos, bem como conferências e mesas de diálogo que debatem, periodicamente, as políticas públicas e diretrizes de Estado e definem prioridades de investimento e planos de médio e longo prazo que o Estado brasileiro deve executar. Um dado que demonstra a magnitude dessa participação: entre

1941 e o ano de 2002 foram realizadas, no Brasil, 41 conferências temáticas. Já no espaço entre 2003 e 2012, foram feitas 103 conferências temáticas que deliberaram sobre o conjunto das políticas de interesse da sociedade civil brasileira e que envolveram mais de oito milhões de pessoas, praticamente a população da Tunísia.

Tais avanços no plano democrático permitiram que o Brasil pudesse mudar sua conformação social, política, econômica e também cultural, mas não encerram o desafio do governo de ampliar a participação da sociedade e qualificar os processos de democracia participativa. Após as mobilizações de junho de 2013, buscando dialogar com o anseio popular expresso nas ruas, o governo instituiu o Plano Nacional de Participação Social, cujo objetivo é conceber, do ponto de vista da administração pública federal brasileira, uma noção estratégica permanente de presença da sociedade civil na definição dos rumos do País, do planejamento e do orçamento do Estado brasileiro. Entretanto, essa iniciativa não encontrou correspondência no âmbito do poder legislativo.

Retomada do imperialismo nas Américas e desafios para a participação

Todas as mudanças em curso no Brasil e também na América Latina não ocorrem em um cenário mundial neutro. Neste período de quase 15 anos desde que nasceu o Fórum Social Mundial (FSM), saímos de um tempo de lutas ofensivas - com grande otimismo pela transformação social e política - para um momento de lutas de defesa do que conquistamos, sem ganhar novos terrenos. Isto decorre de uma alteração no contexto internacional em que o imperialismo norte americano volta ao continente com força, com ações de desestabilizações previstas e documentadas na Venezuela, Argentina e Brasil, feitas por meio do financiamento e infiltração de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além do uso do poder judiciário conservador e da mídia hegemônica.

A reação agressiva do imperialismo contra o Brasil - que dos três países citados é o que tem uma articulação mais moderada com os Estados Unidos - resulta fundamentalmente de duas razões: o pré-sal e o papel que o País possui no BRICS - bloco

que integra junto com Rússia, Índia, China e África do Sul, no qual se trabalha para a construção de um banco alternativo ao Banco Mundial. Tal proposta é uma ameaça crucial à dominância do dólar como reserva internacional. Em consequência, a reação é implacável. Ao mesmo tempo, o Brasil deve estar alerta a uma certa atitude imperialista que afasta a solidariedade internacional e fragmenta os movimentos sociais, visível, por exemplo, na atuação em Moçambique de empresas como a Odebrecht, a OAS, a Vale, bem como na exportação de programas de agronegócio como o Pró-Savana, com financiamento e tecnologias brasileira e japonesa.

Por todo o continente latino-americano há organizações altamente financiadas para destruir governos progressistas. O ódio do imperialismo americano em relação a estes governos estende-se também a Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador. Porém, estes governos não estão a ponto ainda de ser desestabilizados porque houve eleições recentes com vitórias muito significativas. Uma primeira fase desse processo foi marcada pelos golpes em Honduras e Paraguai. O que se vive agora na Argentina, Brasil e Venezuela é uma segunda fase do mesmo processo. Tal imperialismo não atua apenas na América Latina e promoveu um golpe em fevereiro de 2014, na Ucrânia. Trata-se de uma provocação à Rússia e é parte do mesmo plano, já que a aliança entre Brasil e Rússia desestabiliza o imperialismo norte-americano.

Indiretamente, esse processo de desestabilização é reforçado pela insuficiência no diálogo e na participação social e pelo fracasso da narrativa sobre o processo em curso no Brasil. As mobilizações de junho de 2013 mostram os êxitos, mas também as debilidades dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A inclusão social, produtiva e econômica de um amplo contingente que em 500 anos de história do Brasil fazia parte do exército de reserva se dá pelo consumo, inclusive de bens de cultura. Porém, é incorreto afirmar que não há uma inclusão cidadã. Ambas as situações coexistem. Mas é certo que grande parte desse ingresso se dá a partir de apelos e sedução de valores conservadores e, portanto, sua perspectiva de mundo está muito mobilizada pela necessidade de preservar essa capacidade de consumo mais do que a de ser um/a cidadão/ã de verdade.

Tudo isso aponta para uma falência coletiva dos partidos políticos de esquerda e das organizações e movimentos progressistas que não souberam politizar e construir novos instrumentos de mediação para a participação e a organização de uma forma de vida militante social, política, organizativa e associativa no Brasil. Ficou evidente que ganhar o poder nas condições do capitalismo atual não é ganhar tudo porque há muitos poderes que não chegaram a ser controlados nunca, nem o midiático, nem o financeiro.

Neste cenário, há uma burocratização e um envelhecimento da representação política tradicional. Há também uma defasagem de velocidade entre as possibilidades de participação social instituídas pelos mecanismos tradicionais já conhecidos, que gera uma frustração pela lentidão. Isso coloca para todos/as nós o desafio de pensar a governança política com formas desburocratizadas e renovadas, adequadas a um mundo em que as pessoas têm experiência vital de participação social por meio de redes sociais ou por outras formas de mobilização como o hip hop, a dança e o graffiti, sem desconsiderar o acúmulo histórico das formas tradicionais. Não existem incompatibilidades entre as ruas e as urnas, mas é necessário pensar novos mecanismos que passam pela participação real, plebiscitária, de modo a proporcionar uma co-gestão do Estado.

Nesse sentido, já há experiências sendo desenvolvidas no âmbito do governo federal, como a dos pontos de cultura, para as quais a sociedade civil é chamada a estar junto na proposição e na gestão. E é preciso olhar também para os processos que ocorrem no sul da Europa, como na Grécia, com o Syriza, ou na Espanha, com o partido Podemos, que retomam a ligação umbilical entre movimentos sociais e partidos e o forte vínculo com as suas bases orgânicas na formulação política.

O combate ao imperialismo passa também por retomar e priorizar o tema da integração regional, que se expressa em iniciativas como a Unasul - União de Nações Sul-Americanas, o Mercosul - Mercado Comum do Sul, a Alba - Aliança Bolivariana para as Américas e a Celac - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Nesses poucos mais de dez anos, não sabemos aproveitar o momento para avançar em uma perspectiva que coloque no centro as pessoas, e não o mercado.

Esta luta passa ainda por combater a criminalização das lideranças sociais e recolocar o tema da formação política, iniciativas que demandam um apoio mais efetivo desde o governo.

Defesa da Petrobras, defesa das conquistas populares

A Petrobras é resultado direto da participação da sociedade civil brasileira, que na década de 1940 foi pra rua em torno da campanha “O petróleo é nosso” defender sua criação. Essa campanha era orientada por uma visão estratégica de soberania e independência na qual se reafirmava o compromisso de que o Brasil era capaz de garantir a energia para todo seu território.

Ao longo de sua existência, a empresa passou por vários governos que, de uma ou outra maneira, interferiram na sua atuação, como é comum em qualquer sociedade anônima onde quem define a política são os acionistas majoritários. No caso da Petrobras, esse acionista é o governo federal, que indica sua direção e define sua política. Compreender isso é fundamental para desmistificar o momento e o ataque sistemático pelo qual a empresa vem passando.

Ao assumir o governo em 2003, o presidente Lula valorizou a força de trabalho para tirar a empresa de uma situação extremamente delicada. A Petrobras possuía então aproximadamente 38 mil trabalhadores/as e hoje são em torno de 86 mil, que ingressaram por meio de concurso público. Seu valor de mercado na época era de aproximadamente 12 bilhões de dólares e, hoje, mesmo com a imensa crise e desvalorização do mercado ela vale aproximadamente 120 bilhões de dólares.

Para além da valorização no mercado, a partir de 2003, o novo governo avançou na democratização interna e externa da companhia. Interna com a criação de programas e processos que democratizaram e ampliaram o acesso a recursos ao mesmo tempo em que garantiram direitos aos/trabalhadores/as e formas de participação. Um exemplo de luta e conquista interna dos últimos 12 anos é que a Petrobras jamais havia tido em sua direção uma representação dos/das trabalhadores/as. Hoje ela existe, mesmo que seja apenas um representante eleito. O apoio à presença da delegação

brasileira no FSM também é resultado de políticas alinhadas com a orientação do governo federal de fortalecimento da participação cidadã como forma de fortalecer a democracia.

Um dado que expressa o peso da Petrobras na manutenção da economia brasileira mesmo em um cenário de crise econômica internacional: em janeiro de 2009, em um momento em que todas as empresas do mundo reduziavam investimentos, a companhia apresentou um plano que aumentava seus investimentos de 111 para 174 bilhões de dólares. Esse plano é o que dá sustentação financeira a políticas públicas de saúde, educação, cultura, entre outras. Porém o momento atual é delicado. Esse legado de programas e processos de garantia da democratização interna e ampliação do acesso a recursos e de manutenção de investimentos que representam 10% do PIB brasileiro está ameaçado pelo capital internacional. Um dos riscos é o projeto de lei apresentado pelo senador José Serra (PSBD), que acaba com a lei da partilha aprovada em 2010 e a condição da Petrobras como operadora única. Esse debate é deliberadamente ofuscado pela mídia com o debate sobre a corrupção, cuja apuração e punição são defendidas com veemência pelo governo federal.

Defender a Petrobras torna-se imprescindível para avançar em um projeto democrático-popular e derrotar o imperialismo. Essa disputa se dá na luta contra a quebra do marco regulatório, articulada pela mídia, com o apoio do poder judiciário e de empresas avaliadoras de risco. Essa iniciativa tenta quebrar a espinha dorsal da companhia que tem capacidade técnica para continuar produzindo petróleo e combustível, a despeito de todo ataque que vem sofrendo pela grande mídia em uma campanha deliberada de desinformação da população brasileira.

A bandeira de defesa da Petrobras é uma agenda prioritária de várias organizações e movimentos sociais sindicais, estudantis, de mulheres, negro, pela educação e saúde públicas, por direito à terra e à cidade, mas ainda não é encampada com força pelo conjunto da sociedade civil brasileira. As tentativas de privatização em curso significam um tombo na economia do Brasil e, do ponto de vista da participação popular, o fim dos avanços obtidos até o momento e das condições que permitem continuidade de projetos e programas implementados

nos últimos 15 anos, como aqueles de convivência com o semiárido, de alfabetização de mais de 40 mil pessoas ou de apoio ao FSM.

Mídia e derrota da narrativa sobre o processo em curso

Êxitos e fracassos fazem parte de qualquer tipo de governo e a autocrítica de forma estratégica aponta para a superação de deficiências. Em um cenário de erros do governo, talvez o principal deles tenha sido a derrota na produção de uma narrativa do processo que está em curso. Para isso, contribuíram as quatro ou cinco famílias que dominam a mídia, setores empresariais e setores da igreja reacionária que pasteurizam e visam a desconstruir o patrimônio que vem sendo edificado e, de maneira inexorável, destruir o principal motor dessas mudanças, que é o PT.

Há uma mudança importante do padrão da luta de classes hoje no Brasil, que se processa num grau de violência política extraordinária e de avanço das forças reacionárias, que se expressam, por exemplo, na aprovação pelo Congresso brasileiro da redução da maioria penal ou na proposição de leis homofóbicas patrocinadas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Há também a aprovação do orçamento impositivo, que retira o poder do executivo de estabelecer prioridades do orçamento discutidas juntamente com a população. É, portanto, um erro dizer que o governo brasileiro abandonou o orçamento participativo, por exemplo, porque foi a maioria do Congresso brasileiro quem aprovou isso, não o governo.

O enfrentamento de classes caracteriza-se pelo fato de que, pela primeira vez desde os últimos 50 anos, desde a resistência à ditadura militar, as lutas pelas Diretas Já e o impeachment de Collor, setores das classes dominantes nas suas vertentes mais reacionárias vão para as ruas. As ruas que eram do povo, dos setores democráticos, populares e progressistas estão sendo tomadas também por setores conservadores. Isto exige a atenção geral e a apresentação de um novo padrão de organização, de iniciativa política e de resposta que o conjunto da sociedade brasileira, em particular dos setores progressistas e de esquerda, tem que dar a partir de uma forte organização do setor trabalhador.

Para além de quebrar o bloqueio da mídia hegemônica, financiada, inclusive, com recursos do governo, e democratizá-la, é necessário ocupar os inúmeros mecanismos que, com todas as suas insuficiências, já existem hoje e não são utilizados pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais. Fazer a disputa política para que a EBC - Empresa Brasileira de Comunicação e a TV Brasil possam ser instrumentos efetivos de narrativa contra-hegemônica, alternativa à narrativa dos meios comandados pela lógica do lucro do capital, é um caminho. Isso implica também em ocupar TVs públicas, comunitárias e a mídia alternativa. Hoje se fala de nova grande mídia como resultado da junção ou cruzamento das mídias índia, quilombola, ninja e todas as mídias que estão fragmentadas e não articuladas. Por que não investir nas mídias dos movimentos sociais, alternativas ou livres e redistribuir verbas publicitárias da mídia aí também?

Nessa busca por uma nova narrativa, o discurso economicista e desenvolvimentista está em crise e não produziu mudança na cultura política. Mostrar como a Petrobras investe na educação e como tem um dos maiores editais de cultura no Brasil tem um impacto popular em sua defesa talvez superior à abordagem apenas do ponto de vista econômico. Da mesma forma, redes de trocas culturais como festivais de cinema ou redes de hospedagem solidária materializam o tema da integração regional de maneira mais sensível que a perspectiva econômica.

Reforma política para avançar na democracia

O financiamento empresarial dos partidos acabou criando uma corrupção endêmica, que atravessa todo o espectro político de maneira desigual. Por conta desse sistema político, o Brasil tem uma bancada parlamentar na qual cerca de 160 entre 513 deputados/as foram financiados/as por uma única indústria alimentícia do País. Há um conjunto de outras bancadas que são financiadas por setores reacionários, vinculados ao esporte, à indústria bélica, à mídia hegemônica. Apesar de ter conseguido mais de 50% dos votos para a Presidência da República, o PT tem apenas 13% dos votos na sua representação par-

lamentar. Tem 68 deputados/as entre 513. Isso mostra que o PT não ganhou o poder, o PT ganhou o governo e vem há quatro sucessivos mandatos preservando a Presidência da República. A única solução para esse sistema político falido e corrupto é fazer a reforma política, que garanta instrumentos para a participação social, como a experiência do orçamento participativo que é efetivo em evitar a corrupção.

Combate à crise sem redução de direitos

Um conjunto de medidas de ajuste fiscal está em discussão neste momento a partir do governo federal. Elas abrem espaço para o avanço de políticas que podem significar destruição dos serviços públicos, corte de salários, empobrecimento da maioria e enriquecimento de uma pequena minoria.

Desde o governo, reafirmou-se o compromisso da campanha e da posse da presidenta Dilma: nenhum direito a menos, nenhum passo atrás. As escolhas feitas pelo PT no governo com Lula e Dilma desde 2008 buscam responder à crise que tem gerado milhões de desempregos em países como Portugal, Grécia e Espanha, deixando mais de 50% da juventude desempregada. Nesse cenário, o governo fez a opção de adotar um conjunto de instrumentos de política econômica que pudesse responder a essa conjuntura, na expectativa de que a duração da crise fosse menor do que de fato ela foi. Porém a crise persiste e não há nenhuma luz no horizonte que diga que ela irá acabar amanhã. O momento atual não é de sequestro de direitos, de regressão em relação às conquistas que já foram realizadas, mas de acomodação das condições fiscais e orçamentárias do País para preservar sobretudo o emprego e a renda do/a trabalhador/a.

A atual crise está impulsionada por um conflito distributivo brutal, que antes era equacionado por uma fórmula em que as políticas públicas para a população mais pobre eram viabilizadas sem tirar dos mais ricos. Hoje, alguém vai ter que pagar a conta. É por isso que se insurgem contra o governo os setores da classe dominante e promovem locautes, ataques e tentativas de destruir, inviabilizar e impedir a continuidade do governo Dilma em apenas quatro meses de segundo mandato.

Desafios do governo para o próximo período

Em 2015, por uma orientação da presidenta Dilma, o governo está abrindo e expandindo o processo de participação da sociedade civil a partir de três iniciativas fundamentais. A primeira é o esforço de concretização do Plano Nacional de Participação Social, cujo decreto, promulgado em 2014, está sendo objeto de debate com muita dificuldade no âmbito do legislativo brasileiro. A segunda é a realização de 15 conferências temáticas com a expectativa realista de que possam reunir milhões de pessoas no debate sobre as prioridades para as mais distintas áreas de políticas públicas do Estado. A terceira é a discussão, a partir de abril, do Plano Plurianual de Investimentos. Este define quais os grandes projetos, diretrizes fundamentais, grandes expectativas que a população brasileira tem como futuro e que vão organizar a lei orçamentária brasileira e toda a estruturação das políticas públicas entre 2016 e 2019.

A expectativa do governo federal é de que esse processo, juntamente com as conferências temáticas, consiga integrar uma visão de conjunto sobre os principais desafios do País para superar ainda o que são mazelas, impasses, dificuldades sociais que vive a população em vários terrenos nos quais já se tem avançado muito, mas ainda há muito a conquistar.



José Barbosa, representante da Petrobras

“A Petrobras está passando por um momento delicado, mas estamos democratizando o acesso aos recursos e garantindo direitos e formas de participação. Um exemplo dessa conquista interna é que temos agora um representante eleito pelos trabalhadores. A democratização sempre foi a forma de fortalecer a companhia e a economia brasileira.”



Ivana Bentes, responsável pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural

“Temos uma defasagem de velocidade entre o Estado e a sociedade civil que gera uma crise de representatividade. É preciso pensar no estado como uma rede porosa aos novos mecanismos de governança em tempo real, como uma participação plebiscitária até. Há uma frustração da participação democrática em tempo real.”

Finalmente, busca-se desde o governo aprofundar um diálogo com presença da sociedade civil não só em assuntos internos, mas também sobre a política internacional, de maneira a construir também nos espaços internacionais uma visão que represente o consenso democrático e ampliado no Brasil. Trata-se de reafirmar a participação social e a democracia participativa ao mesmo tempo como um valor imanente à tradição pelo PT e um ideal de uma sociedade libertária, aberta e humanista que só realiza o seu encontro com o futuro em forte relação com o povo organizado. A participação social é também um método de gestão de governo e do Estado e um instrumento fundamental para construir o controle social, a transparência e o combate à corrupção e uma sociedade que tem na ética um elemento fundamental e constitutivo do nosso povo, cultura e tradição.

A conjuntura não só regional mas sobretudo brasileira requer que se aprofundem estes espaços de interlocução e diálogo e que se consiga construir uma compreensão comum sobre o contexto atual para responder satisfatoriamente e de maneira estratégica às necessidades de preservar esse patrimônio conquistado nos últimos 12 anos, que não são do governo do PT, mas do conjunto do povo brasileiro.



Boaventura de Sousa Santos, representante da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS)

“Os movimentos sociais não estão conquistando a juventude. Estão envelhecendo porque os jovens têm outras formas de mobilização, como o street, o pop. Por isso os pontos de cultura são uma política extraordinária. Não há alternativa senão a democracia participativa. Há que desburocratizar as formas de conselhos, mesas, não podem ser sempre os mesmos e as mesmas.”



Jefferson Miola, representante da Secretaria Geral da Presidência da República

“Hoje o Estado tem mais permeabilidade à participação social. Entre 1941 e 2002, o Brasil realizou 41 conferências temáticas. Entre 2003 e 2012 foram 103. Debates estratégicos, livres, independentes, autônomos. Estamos, por orientação da Dilma, expandindo o processo de participação da sociedade civil.”



Democracias: novas estratégias de participação popular para o empoderamento da sociedade civil

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Olívio Dutra, *Orçamento Participativo, Brasil*

Manuel do Rosário, *JOINT - Plataforma de ONGs de Moçambique*

Leticia Cardoso, *Movimento Passe Livre (MPL), Brasil*

Lília Rebaï, *Euro-Mediterranean Human Rights, Tunísia*

COORDENAÇÃO DA MESA:

Damien Hazard, *Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Brasil*

Liège Rocha, *União Brasileira de Mulheres (UBM), Brasil*

A discussão sobre os modelos de democracia (representativa, participativa e direta) e as condições para sua efetivação foram o eixo condutor desta mesa. As experiências de luta contra a ditadura e de consolidação da democracia no Brasil e as similaridades com o processo que vive a Tunísia apontam para os limites da democracia representativa. Em qualquer caso, a democracia só é possível com o envolvimento da sociedade civil, que tem um papel primordial na formação da consciência cidadã.

A participação popular em espaços institucionais ou próprios, como é o caso do Fórum Social

Mundial (FSM), visibiliza as experiências alternativas de gestão da vida cotidiana que já estão se dando em nível local e inspiram várias políticas públicas. O FSM permite também a busca de uma nova estratégia que considere o cenário global em que se dão as lutas hoje e promova a convergência entre as mesmas. Para além dos espaços formalmente instituídos, as ruas mostram-se como lugar imprescindível de disputa de uma democracia que verdadeiramente sirva aos interesses do povo e que consiga influir também no campo da política econômica.

Brasil: radicalizar ainda mais a democracia

A redemocratização do Brasil passou por um processo de lutas históricas de movimentos sociais, populares e comunitários que se materializou na luta contra a ditadura militar. Instalado em 1964, o Regime de Exceção impedia, sistematicamente, reuniões e perseguiu quem se dizia contra o establishment dominante. Para além de derrubar a ditadura, o conjunto de atores e atrizes que se organizavam desde a base, por meio do movimento das igrejas, associações de moradores/as, juventude nas escolas e fora dela, estudantil, de mulheres, negros/as, trabalhadores/as rurais com e sem terra, seguiu mobilizado com vistas a construir um país nação com liberdade, direitos sociais, políticos, econômicos, individuais, com o protagonismo do povo como sujeito e não objeto da política.

Esse tecido social, que esteve na origem do Partido dos Trabalhadores (PT) e que anos antes lutou contra a ditadura militar, pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela Constituinte livre e soberana, levou também à realização da primeira assembleia Constituinte, em 1987. Aí já houve uma primeira derrota. Na época, o movimento nas ruas pleiteava uma Constituição livre, direta e soberana. Porém, o mesmo Congresso reduziu esse anseio a uma Constituinte biônica. Pelo voto, a sociedade brasileira de então ainda deu maioria ao centro-direita, o centrão. Isso bloqueou muito os avanços que os movimentos sociais queriam produzir com a Constituinte, como a reforma agrária, a reforma urbana ou a reforma tributária, com a criação de um imposto progressivo no qual quem tem mais paga mais e quem tem menos paga menos, um imposto que incidisse sobre as grandes propriedades, o lucro e o capital especulativo. A reforma política, outra reforma estruturante, também não foi aprovada nessa Constituinte de 1988. Assim, pela estrutura política partidária ainda vigente no Brasil, o voto do/a eleitor/a é desrespeitado no dia seguinte ao da eleição. O/A parlamentar eleito/a faz do seu cargo uma propriedade sua e rompe a relação com o/a eleitor/a e a cidadania.

Todos esses elementos permitem dizer que há lutas incompletas no Brasil e que a democracia no País ainda não está suficientemente consolidada. A Constituinte de 1988 garantiu alguns avanços

importantes, mas outros ficaram para trás. É diferente, por exemplo, do processo que aconteceu na Venezuela, onde a Constituinte promoveu reformas estruturantes. O PT chega ao poder em 2003 como resultado de uma coalizão com partidos de esquerda e de centro, que disputam outro projeto, contrário ao do Partido, e seguem no mesmo governo pela conjuntura já desenhada.

Ao longo da última década, muito se avançou. Porém, para ir ainda mais além, em direção a uma ruptura ou a uma mudança qualitativa, há que se fazer muito trabalho social, popular e comunitário que possa alterar a correlação de forças na sociedade e, a partir daí, nos Legislativos, Câmaras de Vereadores e Assembleias Nacionais ou mesmo no judiciário. Fazer esse debate não é um papel só do PT, mas de todos os partidos do campo popular democrático em relação com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil em torno da defesa de um projeto estratégico de sociedade e de País e da luta para que este projeto se efetive.

Orçamento participativo: experiência e método de trabalho popular

A democracia representativa é uma conquista que custou milhares de vidas, mortas pela ditadura mundo afora. Ter direito ao voto, a eleger representantes no Executivo e Legislativo, a defender posições sem que sua vida seja ameaçada é uma conquista civilizatória. Porém, ela está desgastada, em parte porque a cidadania não está cobrando daqueles/as que elegeu a execução de um projeto que é coletivo.

O orçamento participativo (OP), ao casar a democracia representativa com a participativa, estimula que a cidadania não seja episódica, apenas no período das eleições, mas presente cotidianamente na vida de milhões de seres humanos, tornando-os seres políticos, portanto, completos. Desenvolvido em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ele resultou de um processo em que os movimentos sociais exigiam demandas como transporte público, regularização fundiária, saneamento, iluminação, e, como resposta, as autoridades informavam que não havia orçamento alocado para prover tais serviços públicos. A partir daí, a cidadania reivindicou participar da discussão sobre o orçamento público.

O orçamento público é uma peça política por excelência, vendida pelas elites como peça para os/as profissionais – economistas, estatísticos/as, engenheiros/as, etc. A peça orçamentária tem duas pernas: a receita e a despesa. O OP vai permitir que essa discussão se realize não apenas sobre a despesa, mas sobre as receitas. Quem paga impostos? Quem tem favores tributários? Por que o governo decide renunciar à cobrança de impostos de setores da indústria que vêm se instalar nesta ou naquela região? Quem decide isso e com quais critérios? Por que fazer a discussão com o povo só pelo lado da despesa? Quem define critérios indexados para a Saúde e por que não mudá-los?

Essas questões foram levantadas pelo orçamento participativo em Porto Alegre, mas não foram aprofundadas de fato nessa cidade, onde o PT foi reeleito por quatro mandatos consecutivos. Não se conseguiu manter a radicalidade da participação da cidadania no controle da coisa pública, da receita e da despesa pública, na definição de prioridades de investimento. Quando um governo estadual dá incentivo para a empresa deixar de pagar o imposto sobre circulação de mercadorias, é evidente que o retorno para o município vai ser menor, vai haver prejuízo para a cidade onde aquela empresa se instalou. Assim também é quando o governo federal isenta empresas automobilísticas de pagar o imposto sobre a produção industrial, reduzindo repasse de recursos que são do município e dos governos estaduais sem que os mesmos tenham sido consultados sobre isso.

Esse tipo de discussão não pode ser feito em cima do prazo, tem que começar logo no início do ano para que possa acontecer com o envolvimento do maior número possível de entidades, organizações comunitárias, sindicatos, associações e mesmo com setores empresariais nas assembleias do OP. Por outro lado, prefeitos/as, secretários/as e governantes em diferentes níveis não deveriam aceitar discutir sua política de investimentos, renúncias fiscais, favores tributários com esses setores fora dos espaços amplos. Porém, isto vem acontecendo e tem como resultado a redução das receitas e das possibilidades de atender às despesas públicas.

A participação popular converte-se em instrumento para dizer não ao valor de troca, que expressa um projeto fracassado que pode levar a humanidade à extinção. Espaços de articulação de

agenda programática e de lutas comuns como a Assembleia de Movimentos Sociais são cada vez mais necessários.

Estabilidade política e sociedade civil organizada para radicalizar a democracia

Moçambique, país localizado no sul do continente africano, viveu 16 anos de uma guerra que uns/umas chamam de desestabilização e outros/as de civil, entre 1986 e 1992. Esta guerra opunha o governo monopartidário dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) à Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Ambas, no contexto da democratização, se transformaram em partidos. Com os acordos de paz assinados em 1992, o País realizou cinco eleições gerais legislativas e adotou uma Constituição que prevê o multipartidarismo.

A experiência da guerra mostra que há pré-condições para se garantir a democracia participativa: existência de ambiente legal, participação das instituições públicas credíveis, sociedade civil unida, solidária e informada e a capacidade da própria sociedade civil de controlar as políticas públicas. Associada a isso, democracia pressupõe um governo de todos/as para todos/as. Porém, da mesma maneira que no Brasil, a democracia representativa em Moçambique encontra limites, frutos de um sistema político em que não há regime legal para destituir dos cargos mandatários/as eleitos/as que atuam contra os interesses da população.

Para além das eleições, a participação social em Moçambique é formalmente instituída por meio de mecanismos de interlocução como os Observatórios de Desenvolvimento e os espaços de revisão conjunta em que a sociedade civil é convidada pelo governo a fazer a avaliação do exercício e revisar e fazer sugestões ao plano para o ano seguinte. Já a participação popular é entendida como manifestações ocasionais, que reivindicam interesses específicos. Por exemplo, a de ex-trabalhadores/as da antiga República Democrática Alemã (RDA), que há cerca de 15 anos lutam para receber a indenização de seus salários sem obter sucesso até o momento. Grande parte destes/as compatriotas morrem e a luta vai se intensificando com outras pessoas solidárias ao movimento.

Formar a consciência de cidadania, gerir os conflitos políticos decorrentes dos fatos que vão acontecendo, promover o desenvolvimento econômico nacional e a consciência da identidade nacional são papéis da sociedade civil moçambicana. Destes, talvez o mais influente seja o primeiro, que é entendido pela maioria das organizações do País como a base para uma sociedade civil interativa e vibrante. Há limitações que condicionam a ação e a participação da sociedade civil, como a dependência econômica, fruto do contexto político tensionado pelo conflito entre a Frelimo e a Renamo, além de déficits em termos de capacidades técnicas e financeiras, e, principalmente, para se afirmar como representante daqueles/as que não têm expressão. Da mesma forma que no Brasil, também em Moçambique não há um marco legal que defina parâmetros de atuação de uma associação ou de uma organização sem fins lucrativos. Todo o setor terciário é caracterizado como sociedade civil, o que provoca muita confusão.

A ação coordenada em rede é um dos caminhos para enfrentar as lacunas de dependência e incapacidade técnica e já tem dado resultados, como a aprovação da lei de acesso à informação, que estabelece o que constitui segredo de Estado e o que são informações de interesse público, que não constituem segredo e são fundamentais para atuar como sociedade civil. A Joint, Plataforma de ONGs de Moçambique, também adotou um documento chamado código de ética da sociedade civil, que define parâmetros de identidade e de atuação para as organizações que a integram. Ao mesmo tempo, a rede atua para quebrar barreiras como, por exemplo, o devido reconhecimento a uma organização LGBT, cujo registro, até hoje, passados 5 ou 6 anos de atuação, não foi aceito pelo governo, ainda que a mesma já faça parte dos espaços institucionais de participação pública e contribua positivamente com ideias.

Outro ponto de alerta são as tentativas de silenciar a democracia e a liberdade de expressão por meio da criminalização e assassinatos de pessoas que têm acesso a informações de utilidade pública. Dois casos recentes estão sob investigação: o assassinato do jornalista Carlos Cardoso e do constitucionalista Gilson Estaque. A articulação em nível regional e internacional é uma forma de superar as limitações nacionais e influenciar a política no País.

Ocupar as ruas para aprofundar a democracia

As experiências do Movimento Passe Livre (MPL) e das lutas contra a ditadura no Brasil ou na Tunísia mostram como a democracia não está descolada de um processo amplo de ocupação das ruas e de organização popular por aqueles/as que são mais afetados por condições de trabalho e de vida muito precárias e pela injustiça social. O MPL é um movimento social que surgiu em 2005 e pauta o transporte e o direito à cidade, baseado no projeto da Tarifa Zero. Ele parte do pressuposto de que uma cidade só existe quando as pessoas podem circular por ela.

O transporte é um direito transversal. A cidade é um espaço, território, onde moram pessoas, cidadãos/ãs, entendidos/as como constituídos/as de direitos. Se uma pessoa tem direito a escola ou a saúde pública, mas não consegue chegar ao local para usufruí-los, ela, de fato, não tem esses direitos assegurados porque há uma catraca impedindo seu acesso. Portanto ela não chega a ser um/a cidadão/ã portador/a de direitos, não tem direito à cidade, não vive em um espaço democrático e não pode nem mesmo se mobilizar ou se organizar. Dado de 2011 do IPEA mostra, no entanto que 37 milhões de brasileiros não têm condições de pagar transporte todos os dias, tendo que escolher o direito ao qual vai ter acesso em um determinado dia.

O MPL surgiu em um contexto de luta pelo transporte que existe no Brasil desde 1910. Nesse ano, aconteceu a Revolta do Vintém, quando trabalhadores/as pararam a cidade de São Paulo contra o aumento do bonde. Em 1987, houve outra luta histórica chamada de quebra-quebra contra o preço do transporte, que resultou na conquista do direito ao vale transporte, um benefício que muitos/as trabalhadores/as no Brasil têm. Em 2003, em Salvador, houve a Revolta do Buzu, contra o aumento da tarifa. Em 2004, a luta contra o aumento da tarifa em Florianópolis foi vitoriosa. Esse breve levantamento histórico mostra que a questão do transporte mobiliza as pessoas na cidade porque mexe com acesso a direitos e à democracia e pauta temas que afetam diretamente a vida da população.

Um projeto de emenda da Constituição brasileira quer incluir o transporte como direito social fundamental porque ele cumpre função determi-

nante na emancipação daqueles segmentos que não possuem meios próprios de locomoção. A experiência do MPL mostra que essa luta permite organizar a população desde a base e pautar a democracia direta, já que ninguém entende mais de transporte do que o/a usuário/a em relação ao trajeto ideal ou ao valor da tarifa. Entretanto, os/as técnicos/as da SPTrans, companhia paulistana de transporte, ou os/as técnicos/as orçamentários/as se esquecem de ouvir esta demanda.

A participação direta é a opção escolhida pelo movimento, uma vez que a estratégia de representação incorreu sempre, até o momento, em marginalização da periferia e em uma espécie de apartheid urbano. O movimento está na rua quase todos os dias, não foi apenas em 2013, em atos que se organizam de forma descentralizada, pautando o direito à cidade como instrumento da democracia direta, colocando as demandas da população diretamente na rua, sem intermediação de técnicos/as.

As ruas no processo em curso na Tunísia

Na Tunísia, o levante popular que levou à derubada do ditador Ben Ali em 2011 se deu em um contexto de altas taxas de desemprego, que atingem igualmente as pessoas graduadas. No final de dezembro de 2010, na cidade de Sidi Bou Said, ponto de início do movimento, um vendedor de frutas se imolou ateando fogo ao próprio corpo em um ato de protesto contra a proibição de trabalhar por estar fora do que seriam as regras. Nessa cidade, há 44% de mulheres graduadas desempregadas e 25% de homens graduados e desempregados, o que representa 17% do total da população desempregada e 29% de graduados/as e desempregados/as.

A contestação nas ruas desde então não parou, o que pode ser o fator que explica o porquê de a Tunísia ser o único entre os países da chamada Primavera Árabe, como Líbia, Egito, Síria ou Jordânia, que não retrocedeu e avançou em seu processo de consolidação democrática. Após a saída de Ben Ali, a população voltou às ruas várias vezes: primeiro para exigir a saída dos ministros do antigo regime e a dissolução do partido do ex-ditador, luta que levou cerca de seis semanas. Em seguida, para

organizar, juntamente com o governo de transição, eleições livres para a Assembleia Nacional Constituinte, que teve como objetivo principal escrever uma nova Constituição.

Nas eleições na Tunísia, saiu vitorioso, infelizmente, o partido conservador Ehnada. A população foi às ruas novamente em abril de 2012 para defender questões primordiais, como o direito à manifestação e a inscrição da igualdade entre homens e mulheres na Constituição. Em fevereiro de 2013, o assassinato de Chokri Belaid, líder do Patriotas Democráticos e integrante da Frente Popular dos partidos de esquerda, levou um milhão de pessoas para as ruas e resultou no estabelecimento de um novo governo que avançou efetivamente no processo constituinte. Um segundo assassinato, do deputado Mohamad Ibrahim, em julho de 2013, levou a sociedade a iniciar um sit-in no Bardo, local onde se reunia a Assembleia Constituinte. Esses protestos duraram cerca de seis meses e envolveram centenas de milhares de tunisianos/as até que o novo governo decidisse se retirar do poder.

Quatro organizações da sociedade civil – a União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), a Tika, que reúne o patronato no País, a Ordem dos Advogados e a Liga Tunisiana de Direitos Humanos – foram as responsáveis por iniciar um diálogo nacional que resultou na redação da nova Constituição, aprovada em janeiro de 2014, e pela entrada de um novo governo de transição, que preparou as eleições de novembro de 2014. Esses fatos mostram que as urnas e as ruas se misturam para dar uma chance à democracia e que a sociedade civil tem um papel fundamental nessa construção.

Por um projeto de sociedade realmente democrático

Na Tunísia, é correto dizer que o processo revolucionário em curso foi interrompido. Frente ao dilema entre retroceder em direitos ou manter o que já havia sido conquistado com possibilidades de avanço, a segunda opção foi a escolhida. Isso fez com que, nas últimas eleições, vários atores proeminentes do antigo regime retornassem ao poder. Porém, a luta continua e temas como o modelo

econômico ainda devem ser trabalhados. Uma luta forte que se apresenta no horizonte dos movimentos e organizações sociais da Tunísia é contra a Aleca, acordo de livre comércio completo e aprofundado com a União Europeia, que é liberal e que, se assinado, fará apenas reforçar a disparidade social e regional no País.

A democracia é um processo e uma busca permanente. Não é tática ou estratégica e precisa ser construída com protagonismo de povos, com pessoas sendo sujeito e não objeto da política. O contexto de ofensiva imperialista com processos de desestabilização econômica e política no Brasil e outros países da América Latina, empreendida pelos meios de comunicação de massa hegemônicos

e pelo poder econômico que controla o Congresso Nacional, exige uma resposta comum: é preciso pensar uma reforma política profunda do sistema no Brasil. Esse processo tem que ser construído de maneira a empoderar o povo e a construir um projeto de sociedade que vá além da negação do neoliberalismo e aponte uma saída. As ruas devem ser ocupadas com uma pauta clara, que estimule a adesão da população. Unir esforços dos diferentes movimentos sociais, fortalecer as mídias independentes e ocupar as ruas são maneiras de enfrentar a crescente agressão da direita e dos movimentos conservadores em todo o mundo e construir esse projeto de poder popular, alternativo ao modelo que se apresenta hoje.



Manuel do Rosário, representante da JOINT em Moçambique

“O governo pode até adotar políticas democráticas, de inclusão, mas fará de tudo para se manter no poder. Diante disso é preciso tentar ser ativo, crítico e usar o espírito de solidariedade para unificar os irmãos em luta.”



Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul

“É preciso construir um trabalho social e comunitário capaz de mudar a correlação de forças na sociedade. Casar a democracia representativa com a participativa faz com que o regime democrático não seja episódico. Temos que construir um modelo em que as pessoas sejam protagonistas e não objetos da política. Não dá para discutir receitas com ricos e despesas com pobres.”



Lília Rebaï, representante da Euro Mediterrâneo na Tunísia

“Ao contrário de Líbia, Egito, Síria, Argélia e Marrocos, onde movimentos acabaram depois da jornada ou as nações agora vivem em guerra civil ou ditadura, aqui a relação entre a organização da sociedade civil, os movimentos populares, a luta por participação nas urnas e a democracia representativa são fatores de esperança para que a construção da democracia continue.”



Leticia Cardoso, representante do Movimento Passe Livre (Brasil)

“O transporte é um direito transversal. A cidade é um espaço onde vivem pessoas, cidadãos constituídos de direitos. Se a pessoa tem direito à escola pública, saúde pública, mas não tem direito a chegar ao local, ela não tem direito, está sendo cerceada, não vive em um espaço democrático e não pode nem mesmo se organizar.”



Sociedade civil global e a agenda de desenvolvimento pós-2015

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Regina Marques, *Movimento Democrático de Mulheres/Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), Portugal*

Marco Sorrentino, *Movimento Ecosocialismo ou Barbárie, Brasil*

Claudio Mascarenhas, *Instituto Gérmén, Brasil*

Sergio Andrade, *Agenda Pública, Brasil*

Miguel Santibañes, *Campanha Beyond 2015, Chile*

Alanieta Vakatale, *Campanha Beyond 2015, Pacífico*

COORDENAÇÃO DA MESA:

Maíra Vannuchi, *Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Brasil*

Sarah Enees, *Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONGs (FIP), França*

Agenda Pós 2015 em busca de um paradigma de desenvolvimento

A Agenda Pós 2015 está em discussão e deve ser aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro deste ano. Ela se materializa em 17 objetivos que se ramificam em metas e indicadores, os quais apontam para um novo paradigma de desenvolvimento até 2030. Esse debate implica pensar em qual desenvolvimento desenvolvimentos queremos e quais são as necessidades econômi-

cas da agenda ambiental, climática, de segurança e das cidades.

Uma série de coletivos de governos locais, cidades, províncias está envolvida na discussão, que não ocorre apenas em nível do secretariado geral da ONU. O debate dá sequência à discussão dos Objetivos do Milênio (ODM). Para a sociedade civil organizada, é preciso pensar essa agenda como um instrumento de incidência de participação, que possa ajudar a disputar posições, a realizar processos de controle social e de discussão de priorização de orçamento e políticas públicas. No campo da

sociedade civil, esse diálogo já praticamente se encerrou. Cabe aos dirigentes das nações decidirem agora se são estes os 17 objetivos a comporem a Agenda Pós 2015. Entretanto, essa é uma agenda permanente de interlocução entre a sociedade civil e os governos, e de monitoramento, seguimento, supervisão e controle social de implementação das políticas públicas pós 2015.

A plataforma de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) busca uma grande convergência das agendas do movimento social. E coloca ainda o desafio de pensar a situação em cada localidade. O governo brasileiro registrou um bom desempenho no cumprimento de boa parte dos ODM. Os documentos de posições sobre cada uma das metas foram construídos em amplo diálogo com a sociedade civil brasileira, em uma experiência que talvez seja única no mundo. Mas, quando a situação intra-regional brasileira é avaliada, percebe-se que, apesar dos avanços já detectados, ainda existem muitas assimetrias a serem trabalhadas. Isso implica também que, para além de serem apropriados pela sociedade civil, os ODS têm que ser também apropriados por boa parte da cidadania em seu processo de implementação.

Socialismo, ecossocialismo ou barbárie

Discutir paradigma de desenvolvimento traz de volta ao centro do debate o tema da economia. Esta deveria ser conduzida pela política, ou seja, pelo pensamento do que queremos, do que propomos, de que mundo melhor queremos construir. Hoje, quem conduz o motor da economia são as elites econômicas, com uma visão capitalista de benefício de poucos em detrimento de muitos.

Até o final dos anos 1980, havia dois projetos de mundo em disputa: o socialista e o capitalista. Hoje, com algumas raras exceções como Cuba e alguns países do norte europeu, a lógica do capital e do lucro impera na maior parte do globo. A mídia reforça esse processo ao desconstruir o Estado, as identidades nacionais, homogeneizando toda a humanidade, tentando destruir a diversidade. O processo que temos desenvolvido desde o Fórum Social Mundial é uma resposta a esse cenário e uma retomada da discussão do que é uma alterna-

tiva ao capitalismo a partir das experiências que já se desenvolvem em nível local e dos aprendizados ganhos com os erros cometidos no chamado socialismo real soviético.

A discussão sobre o Pós 2015 permite superar um modelo de discussão pautado por agendas pontuais, setoriais ou locais para construir uma agenda de enfrentamento de desafios que são planetários. Essa é a proposta do ecossocialismo, que busca construir um paradigma a partir das práticas de mulheres e homens de movimentos sociais em vários locais do planeta, em um movimento articulado de desenvolvimento de uma alternativa de governabilidade e governança para o planeta Terra. Esse debate, junto a toda a base da sociedade, pode ser fomentado por meio de círculos de cultura que dialoguem sobre o que é esse modelo de sociedade ecossocialista que se quer construir e como funcionaria essa sociedade a partir da ação local combinada com a articulação global.

Na campanha Beyond 2015 (Para Além de 2015), um primeiro passo importante no debate é o mapeamento global de organizações da sociedade civil com vistas à construção de posicionamentos comuns. Busca-se, com isso, promover uma articulação em nível global, para organizar a pressão e a incidência política desde cada país. Nessa agenda, um tema importante é o financiamento ao desenvolvimento, que será tratado em reuniões a serem realizadas em julho de 2015, na Etiópia. Outro momento fundamental de negociação é a Conferência das Partes sobre a Mudança Climática, que acontecerá em dezembro, em Paris, na França.

Tal articulação em rede é possível graças aos instrumentos tecnológicos que hoje existem e facilitam essa conexão. A campanha Beyond 2015 se estrutura em torno de cinco coordenações regionais nos diferentes continentes (África, América Latina, Ásia, Europa e Pacífico), um secretariado com sede em Bruxelas, na Bélgica, além de uma coordenação de regiões em Paris. Há pontos de apoio também em Edimburgo (Escócia), no Canadá e em Nova York, nos Estados Unidos. Isto para dar conta do enraizamento em nível nacional, incidindo junto aos governos, bem como para estar fortemente vinculado aos movimentos sociais, que são dois aspectos fundamentais para a Campanha. Este processo permite expressar uma diversidade de vozes, como a de Fiji, país da região do Pacífico,

a mais afetada pelas mudanças climáticas em curso atualmente, e que, graças aos recursos tecnológicos, foi capaz de contribuir com documentos diferentes sobre a campanha Beyond 2015, ganhando representação e empoderamento.

Mulheres em alerta para os riscos de retrocessos

Os processos de diálogo em torno da Agenda Pós 2015 tem maior ou menor grau de envolvimento da sociedade segundo o tecido social existente em cada país. As organizações de mulheres alertam para o fato de que muitos governos, localmente, encontram formas de dizer que há uma participação social, quando na verdade, os documentos centrais discutidos são finalizados unicamente por técnicos/as e pelos governos, em função do que são seus próprios desígnios, sem real consulta junto à sociedade. Essas organizações também têm chamado atenção para a disseminação de um discurso que afirma não mais ser necessário a auto-organização das mulheres, já que existem leis que garantem seus direitos no marco da ONU, expressos pela Conferência de Pequim (Beijing), de 1995. Na Europa, o neoliberalismo tem perpetuado de maneira escancarada uma ideologia que justifica a precariedade pelo fato de as mulheres ocuparem postos no mercado de trabalho, remetendo-as para casa e dizendo que elas são as responsáveis pela educação dos filhos. Esse processo de retirada das mulheres do cenário público é acelerado por cortes nos orçamentos públicos de educação e saúde, tarefas que acabam sendo assumidas pelas mulheres em suas casas.

Desde a década de 1970, as organizações de mulheres têm registrado na agenda da ONU que não há igualdade sem desenvolvimento, nem desenvolvimento sem paz e nem há desenvolvimento sem igualdade entre homens e mulheres. Naqueles tempos, as mulheres não apenas tinham direitos muito desiguais em relação aos homens, como também eram afastadas da vida social, política, da educação, não tinham direito à saúde materna nem à licença maternidade. Com a plataforma de ação da Conferência de Pequim, conseguiu-se avançar em um conjunto muito alargado de direitos das mulheres, entre eles, o direito à edu-

cação sexual, aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, que fazem parte dos direitos humanos.

A própria ONU reconhece que em nenhum país as metas propostas em torno dos direitos das mulheres foram cumpridas. Porém, há alguns avanços globais que beneficiam as mulheres. Um exemplo é que se combateu o analfabetismo em muitos países que lutaram por sua independência e por sua autonomia e que, de fato, foi possível eliminar o analfabetismo entre as mulheres, a exemplo da Venezuela e também da África lusófona, em países como Angola e Moçambique.

Já no campo do trabalho, há retrocessos e a porcentagem de mulheres que trabalham frente à dos homens é menor que em 1995. Em Portugal e na Europa a situação é mais terrível: todas as empresas públicas, setor onde há mais mulheres trabalhando, estão sendo privatizadas e, portanto, há um fosso cada vez maior entre mulheres e homens, mas também um fosso cada vez maior entre os/as mais pobres e os/as mais ricos.

Outro ponto de risco na agenda é o debate sobre a paridade, que é uma falsa questão de igualdade. O fato de haver um homem e uma mulher no poder é importante desde que haja uma visão transformadora subjacente, que busque resolver os problemas da maioria das mulheres e da maioria dos homens e das crianças. Estar em posições de poder para praticar a mesma política determinada pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Central Europeu, sejam homens ou sejam mulheres, não significa alcançar igualdade. Para que o Pós 2015 seja um futuro diferente, há que se trabalhar para que as mulheres sejam valorizadas, para que seu patrimônio de conhecimento e suas formações estejam a serviço dos países, da soberania alimentar e também da soberania dos povos. As mulheres têm que estar integradas na vida pública e na vida social para o desenvolvimento dos países, dos povos, para dar solução real a problemas com maior dignidade.

No documento de Pequim, os governos membros da ONU haviam se comprometido a diminuir em 50% a morte materna até 2000, o que implica rever a legislação punitiva contra o aborto. Isso não aconteceu, com raríssimas exceções, como em Portugal e no Uruguai. Essa tem sido uma luta constante, que esbarra na presença do Vaticano

como ator nos espaços da ONU e coloca para a sociedade o tema da laicidade do Estado. A liberdade religiosa é para as mulheres uma questão fundamental. Porém, a religião não pode ser imposta como uma variável que domina as pessoas e que coloca os países em situação de subordinação. E, portanto, não pode ser invocada para limitar direi-

tos de decisão dos seres humanos. A plataforma de Pequim nunca mais foi alterada porque o Vaticano está presente nesse espaço para conter ou reverter os direitos sexuais e reprodutivos. A sociedade civil precisa estar munida de argumentação muito sólida para que os debates na ONU avancem. Caso contrário, podem haver retrocessos.



Alanieta Vakatale, do Fórum Internacional de plataformas Nacionais de ONGs (FIP), Plataforma nacional de ONGs das Ilhas do Pacífico (PIANGO) e Campanha Beyond 2015 (Ilhas do Pacífico)

“O pacífico é um grande vazio no mapa, estamos em um local muito distante, mas nosso sinal de internet é muito bom. Pela internet é possível conhecer pessoas e buscar contribuições que fazem a diferença. Sim, minha ilha é apenas um ponto no oceano, mas é um ponto de mais de 100 mil pessoas. É só um ponto, mas isso significa muito pra gente.”



Sérgio Andrade, representante da Agenda Pública - Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas

“Há um novo paradigma sendo pensando para o que nós chamamos de desenvolvimento. Isso está sendo construído de uma forma mais coletiva. É uma enorme oportunidade para pautar nossas ações e pensar numa agenda de desenvolvimento que de fato inclua as mais diversas agendas contempladas por este Fórum Social Mundial.”



Cláudio Mascarenhas, do Instituto Gémen

“A política precisa estar submetida à economia. O capitalismo cria novas edições a cada momento. Este encontro precisa ser de construção de uma proposta além do capitalismo. Um projeto de vida, de governança planetária. Minha proposta é que isso aconteça em torno do nome socialismo.”



Marcos Sorrentino, do Movimento Ecosocialismo ou Barbárie

“A Agenda Pós 2015 não pode estar pautada somente em agendas locais, setoriais ou pontuais. Temos que construir uma Agenda unificada, que responda ao principal desafio que está colocado para a humanidade hoje, que é o desafio de sobrevivência, inclusive, em sua diversidade.”



Regina Marques, do Movimento Democrático de Mulheres de Portugal e da Federação Democrática Internacional de Mulheres

“Não há igualdade sem desenvolvimento, nem desenvolvimento sem paz. As mulheres são a metade da humanidade, mas, em março de 2015, a ONU reconheceu que nenhum país alcançou as metas propostas. Ainda há novos desafios para a igualdade de gêneros. As mulheres precisam ser valorizadas e seus conhecimentos de vida precisam ser aproveitados para o desenvolvimento dos países e dos povos.”



IV Fórum Mundial de Mídia Livre

IV FMML - A sociedade civil e os princípios em disputa por uma internet livre

Stéphane Couture, pesquisador da Universidade McGill, Canadá

Alexandra Haché, coordenadora de projetos da Tactical Tech, Alemanha

Mohammad Tarakiyee, Associação para o Progresso das Comunicações - APC, Jordânia

COORDENAÇÃO:

Rita Freire, Ciranda, Brasil e Bia Barbosa - Intervezes, Brasil

IV FMML - A Sociedade civil e os sistemas de comunicação

Nelson Breve, presidente da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, Brasil

Stelios Kouloglou, jornalista independente e documentarista, membro do parlamento europeu pelo Syriza, Grécia

COORDENAÇÃO:

Rita Freire, Ciranda, Brasil e Eliane Gonçalves, representante do Conselho Curador da EBC, Brasil

Edição 2015 cobra visibilidade para as lutas sociais

Em um mundo interpretado pelas notícias de agências globalizadas como *Reuters*, *France Press* e *Associated Press* é difícil contrapor a visão unilateral dos acontecimentos propagados pela mídia de massas.

As mídias livres precisam lutar pela diversificação das vozes e democratização dos meios de comunicação, papel enfatizado na abertura do IV Fórum Mundial de Mídia Livre (FMML), que reuniu 300 comunicadores/as para a palestra inaugural no dia 22 de março, no Instituto de Engenharia da Universidade El Manar, em Túnis, capital da Tunísia.

Convidado para abrir a edição, o veterano Roberto Sávio, da *Agência Inter Press Service* e do *siteOtherNews*, apontou a concentração da mídia como um grande entrave à percepção do mundo em sua diversidade. Como ele observou, poucas agências produzem as notícias e as imagens que são distribuídas para as TVs de todo o mundo, o que reduz cada vez mais as diferenças entre as coberturas jornalísticas. A imprensa formatada pelo padrão ocidental, geralmente norte-americano, é quase sempre estrangeira à cultura dos demais países, mas se impõe e acaba naturalizada. O antídoto, segundo ele, é fortalecer a comunicação horizontal, diversificada e sem valores mercadológicos: o universo das mídias livres.

Participaram da abertura do FMML a tunisiana Nosha Ben Mohamed (mediadora) e a marroquina Maria Moukrim, do portal *Febrayer.com*, que atuam na comunicação no Magreb-Mashrek. Na região que abrange o norte da África e Oriente Médio, marcada por grandes mobilizações desde a Primavera Árabe, as mídias alternativas lutam para sobreviver à falta de legislação favorável a suas atividades e à busca por fabricar uma aproximação explosiva entre política e religião, mistura que geralmente ergue muros quase intransponíveis à liberdade de expressão e que não é exclusividade da região. No IV FMML, foram apresentadas algumas experiências alentadoras, como o próprio portal *Febrayer*, criado a partir da tomada das ruas pela juventude do Marrocos, em 20 de fevereiro de 2011, no bojo da Primavera Árabe.

Tempo ruim, clima de resistência

Quando o Fórum Social Mundial (FSM) realizou sua abertura em Túnis, em 24 de março deste ano, o IV Fórum Mundial de Mídia Livre já estava em seu terceiro dia de atividades que incluiu debates, grupos de trabalho sobre uma carta coletiva, plenária, oficinas do *hacklab*, a abertura do Cine Médios Libres, da exposição de cartuns *O lápis e o spray* como armas de denúncia, além das primeiras reuniões ampliadas de pauta. Para a comunicação que acompanha o FSM, é natural chegar antes e debater seus temas para então entrelaçar-se com demais organizações e movimentos em atividades e coberturas conjuntas.

Após uma jornada de debates que incluíram a relação entre a mídia, a intolerância e a violência política, entre outras agendas em torno do direito à comunicação, e uma manhã marcada pela Assembleia das Mulheres no FSM, a marcha de abertura foi um momento de mobilização e reflexão sobre a chegada ao FSM na Tunísia.

O tempo fechado que deixou aviões sobrevoando por meia hora os céus carregados de Túnis, sem autorização de pouso, e a chuva forte que caiu sobre a cidade não impediram participantes do FSM de marcharem da antiga porta Bab Saadoun, da praça de acesso à Medina, até o Museu Bardo, com faixas, cartazes, guarda-chuvas e palavras de ordem para dizer não à intimidação e levantar suas bandeiras históricas por um mundo justo e igualitário.

A cidade ainda se recuperava do atentado que seis dias antes tirou a vida de 24 visitantes do Bardo, ferindo dezenas de outros/as, em grande parte estrangeiros/as. O museu foi reaberto apenas simbolicamente, com apresentação de orquestra para convidados/as, entre eles/as alguns/algumas integrantes da delegação brasileira. A recusa ao clima de insegurança imposto pelo ataque foi um ato de resistência da sociedade civil de Túnis à opressão pelo medo. E o FSM participou. Os debates do FMML também refletiram a inquietação da cidade, ao colocarem em questão a forma como a mídia confere ao terrorismo uma face única, aparentemente desvinculada das políticas de Estado dominantes no mundo, da cultura da xenofobia e da indústria da guerra que o sustentam.

Há limites para o humor político?

Enfrentar temas difíceis ou invisibilizados pela atual conjuntura da comunicação foi uma das marcas da quarta edição do FMML. Em uma atividade que reuniu cartunistas, ainda chocados com outro atentado recente, que dizimou praticamente toda a equipe do jornal francês satírico *Charles Hebdo*, conhecido por suas charges ácidas contra os fundamentalismos e religiões, foi colocada pela mediadora Imane Bounjara, do portal *E-joussour*, uma questão delicada: há limites entre humor, como ferramenta de resistência, e liberdade de expressão? As formas de humor são universais quando os seus sistemas de referência cultural não o são?

A convicção de que nada, por nenhum ponto de vista, justifica a violência contra a manifestação do pensamento, foi um primeiro ponto de consenso nessa atividade que reuniu o jornalista Sébastien Boistel, do *Ravi* (jornal satírico francês) e os cartunistas Nidhal Ghariani, do Marrocos, e Carlos Latuff, do Brasil. O atentado ao *Charles Hebdo* foi execrável em todos os aspectos, assim como ao Museu Bardo, e esse foi o sentimento comum dos/as debatedores/as.

Posto isto, é preciso olhar para a mídia e refletir sobre as mensagens que transmite quando se trata do/a “outro/a”. Coberturas de atentados são feitas como espetáculos midiáticos baseados na estigmatização de culturas e etnias. O humor também pode estigmatizar. Lembrando que na França há uma lei de 1981 para garantir que qualquer assunto possa ter abordagem satírica, Boistel disse acreditar que o que incomodou nos cartuns do *Charlie Hebdo* não foram as referências a Maomé, mas o fato de terem sido apropriadas por jornais de direita, avessos à imigração e às diferenças. Carlos Latuff foi direto em seu posicionamento: pode-se fazer a crítica aos líderes religiosos e políticos, mas nada justifica propagar o ódio e a islamofobia. O cartunista, lembrou ele, tem essa responsabilidade.

De mídia a movimento social, pelo direito à comunicação

Desde o início do processo do FSM, a comunicação que o acompanha foge à condição de ser-

viço acessório e não se limita a cobrir e divulgar seus eventos. Ao procurar promover outras formas de cobertura, não competitivas, tendo iniciado já nas primeiras edições o conceito de cobertura compartilhada, a mídia alternativa passou a debater a comunicação em sua natureza política e a se articular para defendê-la como direito. A convivência no interior do FSM transformou laboratórios de mídia experimental em laboratórios de movimento social por outra mídia. E o Fórum Mundial de Mídia Livre nasceu, em 2009, às vésperas do FSM de Belém, capital do Pará, desse processo. Reuniu a comunicação compartilhada do FSM com uma articulação para avançar em políticas para a mídia livre, então discutidas no Brasil.

Essa origem confirmou o Fórum Mundial de Mídia Livre como parte do Fórum Social Mundial, além de resultar em forte envolvimento brasileiro na continuidade do processo. Como toda atividade autogestionada, o FMML tem organização própria, vida e articulação fora dos eventos, mas, nos encontros centralizados do FSM, integra-se ao processo, promove debates conjuntos com outras organizações temáticas, participa das coberturas e dá seus passos mais decisivos.

Depois de um seminário internacional em Dakar (Senegal, 2011), uma segunda edição no Rio de Janeiro (Rio + 20, Brasil, 2012), uma terceira edição em Túnis (Tunísia, 2013), vários seminários regionais e quatro internacionais só no último ano (Porto Alegre, Túnis, Paris e Marrocos), o IV FMML foi realizado pela segunda vez em Túnis com a missão de finalizar a redação coletiva de uma Carta Mundial da Mídia Livre.

A tarefa foi estabelecida no III FMML, também em Túnis, fruto dos debates sobre a necessidade da comunicação entre as lutas sociais e o conjunto da sociedade. No meio desse caminho há, porém, uma pedra. O diálogo horizontal da sociedade que se mobiliza por mudanças não é possível, ou não se dá de maneira justa, quando a comunicação é subordinada aos interesses de mercado, inviabilizada por regras obsoletas ou asfixiada por regimes autoritários. A existência de mídia livre depende de muitos enfrentamentos no campo da comunicação e a Carta Mundial da Mídia Livre foi proposta para apontá-los.

“Imagine um mundo sem mídia livre”, foi o título de uma das atividades do FMML em Túnis, mediado pela organização Ritimo, da França, com a jornalista Erika Campelo, e da qual participaram ativistas do Brasil, do Quênia e do Chade. A realidade constatada nesse debate é que já vivemos em um mundo desprovido de liberdades para a comunicação. Isso fica claro onde as lutas sociais são criminalizadas pela imprensa, protestos são proibidos por razões políticas e as mídias comunitárias são perseguidas.

Outro debate, mediado pelo Brasil, com as jornalistas Laura Dauden e Rita Freire, em conjunto com o Fórum Social Mesopotâmia, reuniu representantes dos povos curdo, saharawi e palestino para debater a imagem transmitida por uma mídia que ignora as motivações de cada luta e os direitos violados. O povo curdo está dividido em quatro países (Turquia, Síria, Irã e Iraque), onde defende a preservação de sua identidade e cultura nacionais, desrespeitadas em todos esses lugares. Hoje resiste ao avanço do Estado Islâmico nos territórios em que luta por autodeterminação e é um povo conhecido pela coragem de suas mulheres que lutam na linha de frente. Helena Latife comoveu os/as participantes ao relatar o destino das curdas sequestradas pelo Estado Islâmico, as mais velhas mortas, as demais violentadas, escravizadas e vendidas em mercados. Quem sabe dessas mulheres no mundo? Cinco mil foram sequestradas só em agosto, sem muito interesse da mídia internacional.

Larosi Abdalahi, representante saharawi, falou da violência que seu povo sofre ao reclamar direitos internacionais violados e enfrentar igualmente o silêncio internacional. Ex-colônia da Espanha, o Saara está sob ocupação pelo Marrocos, que explora riquezas naturais onde se encontram 11% de toda a reserva mundial de pescados, 28% das reservas de fosfato e 230 mil toneladas de urânio. O povo saharawi aguarda a convocação de um referendo pela Organização das Nações Unidas (ONU) que, no entanto, se esquivava. Larosi lamenta que a missão da ONU no caso seja a única no mundo a não vigiar pelos direitos humanos. Ela relatou que em 2014, Marrocos expulsou 72 delegações internacionais que buscavam apurar denúncias de violações.

São lutas por autodeterminação que a mídia menospreza e, quando aborda, criminaliza, como

lembrou Soraya Misleh, que integra a Frente em Defesa do Povo Palestino. A Palestina vive sob a mais longa ocupação, desde a proclamação, em 1948, do Estado de Israel, que expulsou seus/suas habitantes e até hoje avança sobre as terras ocupadas, instalando assentamentos ilegais. O cerco às informações sobre a Faixa de Gaza, arrasada durante os ataques de Israel em 2014, é um exemplo do silêncio imposto pelas forças ocupantes. Representantes dessas três lutas têm se manifestado nos encontros do Fórum Mundial de Mídia Livre, participando dos debates e defendendo estratégias de comunicação que ajudem a tornar mais conhecidas as suas causas.

A tarefa de afirmar o que nos une

A Carta Mundial da Mídia Livre, lançada nesta edição do FSM em Túnis, começou a ser elaborada em janeiro de 2014 e os debates em torno de seus conteúdos amadureceram em diversas etapas durante o ano.

Com problemas tão diferentes quanto a falta de regulação que sustenta os velhos e privilegiados grupos de mídia no Brasil ou as detenções administrativas israelenses que tiram de cena jornalistas palestinos sem qualquer acusação, é difícil imaginar que uma única carta possa identificar campos de ação comuns para quem luta por outra comunicação no mundo.

A mídia livre é, em si, um campo bem amplo. Conforme foi definida no FMML, soma quem faz outro tipo de mídia, não competitiva, e também quem faz o sistema livre para essa mídia funcionar. Também é parte quem desenvolve a tecnologia livre a ser usada no sistema e quem defende a política que vai assegurar apoio para essa mídia, bem como infraestrutura para chegar a todas as pessoas, em todos os lugares. É mídia livre quem produz outros conteúdos, não mercadológicos, e quem inventa outros modos de apresentá-los, outras narrativas. E também está incluído todo um universo sem mídia, que traz outras vozes, histórias e demandas para o movimento da comunicação. O que seria uma carta para toda essa gente?

O FMML precisou debater a construção de sua carta em lugares e condições diferenciadas



para assegurar seu alcance. Em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, durante um seminário em janeiro de 2014, reuniu parceiros/as de todo o processo para um primeiro rascunho. Em Túnis, no mês de maio, mobilizou comunicadores/as do interior do País e rádios comunitárias do norte da África e Oriente Médio, que fizeram mudanças. Em Paris, em novembro, ampliou o debate para ativistas da Europa e do Canadá, revendo a estrutura do documento. Em Marrocos, logo em seguida, se deu a maior participação de países africanos e a revisão de tudo em grupos de trabalho. A partir daí, o FMML lançou o rascunho da carta que resultou desses vários seminários de 2014 a uma consulta pública.

A proposta da Carta Mundial de Mídia Livre foi inserida em uma plataforma interativa desenvolvida em conjunto por *hackers* da Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada, Colivre e desenvolvedores/as do Participa.Br, a partir do sistema Noosfero e ficou aberta a contribuições finais entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015. Ganhou versões em português, francês, espanhol, inglês e árabe.

Foi esse material que chegou ao IV FMML para um trabalho coletivo de sistematização e redação final. Entre seus temas, a carta afirma a importância da regulamentação dos meios de comunicação e o respeito ao princípio da neutralidade da internet. A metodologia para finalização do do-

cumento foi proposta no primeiro dia do FMML, com a formação de grupos abertos. As contribuições foram apresentadas no dia 23 de março e incorporadas durante o FSM. O texto final foi lançado na Assembleia de Convergência pelo Direito à Comunicação do Fórum Social Mundial, no dia 28 de março de 2015.

Debates fundamentais para o Brasil, a internet e a mídia pública

A Casa Brasil foi, para o Fórum Mundial de Mídia Livre, a possibilidade de debater com a delegação brasileira do FSM e parcerias internacionais dois temas cruciais para a defesa das liberdades democráticas na comunicação do País, mas que ainda enfrentam resistências e incompreensões.

Duas mesas foram organizadas pelo FMML, mediadas por Intervezes (Bia Barbosa) e Ciranda (Rita Freire) para dar conta dessas agendas. A primeira delas focalizou a internet.

Nos dois últimos anos, o Brasil tem sido protagonista no debate das liberdades e direitos da internet, com duas iniciativas de forte apelo internacional. Uma delas foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, e a sanção, pela presidenta Dilma Rousseff, do Marco Civil da Internet, consagrando como princípios o direito à privacidade, a neutralidade e a liberdade de expressão. Em uma socieda-



de hiperconectada, esses princípios são necessários para assegurar o direito de todas as pessoas a se comunicarem pela rede em condições iguais.

A outra iniciativa foi a realização da Conferência Netmundial, que reuniu governos, empresas e sociedade civil para discutir princípios comuns e modelos para a governança democrática da rede. No entanto, o futuro da internet continua em disputa, na medida em que se aproximam a regulação do Marco Civil da Internet pelo Brasil – em que a neutralidade da rede precisa ser reafirmada – e a realização do Fórum sobre a Governança da Internet (IGF, na sigla em inglês), programado para novembro, em João Pessoa, Paraíba, com decisões a serem tomadas sobre a gestão técnica da rede, hoje a cargo de uma organização dos Estados Unidos.

No debate na Casa Brasil, Stéphane Couture, pesquisador da Universidade McGill (Canadá), Alexandra Haché, coordenadora de projetos da

Tactical Tech (Alemanha), e Mohamed Tarakiyee, integrante da Associação para o Progresso das Comunicações (APC, Jordânia), apresentaram diferentes aspectos do que deve ser assegurado para uma efetiva democracia na rede.

Nessa atividade foram enfatizadas a necessidade do engajamento da sociedade civil no debate sobre o futuro da internet, a preocupação com o uso de tecnologias livres para a proteção de dados, a promoção de conceitos de soberania digital e a necessidade de priorizar sistemas alternativos a ferramentas corporativas no universo do Fórum Social Mundial.

A mídia pública deve estar próxima do FSM e das mídias livres

O segundo debate promovido pelo FMML na Casa Brasil se deu em torno da mídia pública e sua

relação com as lutas sociais. De acordo com a Carta Mundial da Mídia Livre, há um entendimento de que as mídias públicas precisam conquistar autonomia frente a governos e ao mercado para cumprir sua finalidade. E nisso se aproximam das mídias livres, em sua relação direta com a sociedade que se mobiliza.

No entanto, no Brasil, essa autonomia ainda depende de maior valorização pelo poder público e apropriação pela sociedade civil. Para esse debate, o FMML convidou o presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve, e a conselheira Eliane Gonçalves, representante dos/as trabalhadores/as no Conselho Curador da empresa. Como contraponto à luta brasileira para consolidar sua mídia pública, foi convidado o jornalista e eurodeputado Stelios Kouloglou, representante do partido de esquerda Syriza, que recentemente venceu as eleições na Grécia, provocando uma reviravolta nas relações do País com as imposições de ajuste feitas pela comunidade europeia. Entre as primeiras medidas do novo governo, foi anunciada a reabertura da TV pública grega, fechada pelo governo anterior.

Na Grécia, o fechamento da emissora foi motivo de comoção. Manifestantes saíram às ruas e trabalhadores/as se mantiveram no prédio, decididos a manter a televisão em funcionamento. Para Kouloglou, a sociedade grega reagiu fortemente ao fechamento porque a programação é independente e de alto nível de qualidade e há uma tradição de independência da mídia pública em relação ao governo.

Eliane Gonçalves lembrou que a Constituição Federal prevê a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado, mas, segundo ela, essa situação ainda não ocorre no Brasil e não é muito clara a diferença entre o campo público e o estatal.

Para Nelson Breve, os meios de comunicação precisam ter controle social na formulação, regulação e fiscalização. “Se a sociedade civil não puder acompanhar de perto a formulação das políticas que têm a ver com a comunicação, a sua efetiva regulação e fiscalização, significa que ela não terá controle sobre os seus bens públicos de comunicação. Esse é o direito que precisa ser afirmado.”

Uma das propostas colocadas na mesa sobre a mídia pública é a de apoiar uma articulação entre as

mídias livres e as agências da América Latina e as de língua portuguesa para um maior intercâmbio de coberturas sobre as pautas dos movimentos sociais. A presença da EBC no Fórum Social Mundial, não apenas para cobrir, mas para participar dos seus debates, pode ser um impulso a essa interlocução.

Na Assembleia de Convergência, compromissos com o direito à comunicação

No dia 28 de março de 2015, ativistas de mídias, coletivos e movimentos de comunicação realizaram em Túnis a Assembleia de Convergência sobre o Direito à Comunicação, onde foi feita a leitura em três idiomas (francês, inglês e português) da Carta Mundial de Mídia Livre, oficialmente lançada na atividade.

Participantes aderiram à carta em um ato simbólico, assinando coletivamente um grande *banner* do IV FMML e debatendo em seguida as diversas agendas do movimento de comunicação ligado ao FSM para 2015.

Entre as convergências resultantes da assembleia, foi aprovada a realização de um seminário conjunto entre o FMML, que programa uma edição temática sobre a internet, e as organizações que propuseram a realização de um Fórum Social da Internet. O debate sobre a governança da rede é uma das prioridades do FMML para o ano.

Outra convergência se deu em torno do compromisso de atuar para dar visibilidade às lutas dos povos por libertação, em particular os povos curdo, saharawisaharawi e palestino, assim como ao enfrentamento ao genocídio da juventude negra, denunciado no Brasil.

A Assembleia decidiu também apoiar e assumir a participação do FMML na Missão Humanitária a Gaza, iniciativa aprovada pelo Conselho Internacional do FSM e promovida por organizações e jornalistas do Brasil, em solidariedade ao povo palestino. A Missão já estava programada para começar logo após o final do FSM 2015, com a participação de vários/as jornalistas ligados ao FMML.

Atuar junto ao FSM para dotar seus eventos e seu processo de sistemas e tecnologias de comunicação compatíveis com os princípios do FMML, realizar uma cartografia das mídias livres e promo-

ver uma ação global de formação em mídia livre foram outras convergências aprovadas.

Entre as várias propostas assumidas como encaminhamentos da Assembleia foram aprovados o compromisso de atuar pelo fortalecimento das relações entre as mídias livres na América Latina, pela superação do distanciamento entre as lutas pelos direitos de internet e as lutas feministas, pro-

movendo o respeito à imagem da mulheres na mídia, pelo apoio às articulações entre mídias livres e, em particular, às propostas de financiamento às redes livres debatidas no Brasil.

A grande convergência, no entanto, ficou a cargo da difusão e utilização da Carta Mundial da Mídia Livre como ferramenta para o debate e a promoção do direito à comunicação.



Mohammad Tarakiyee, Associação para o Progresso das Comunicações - APC (Jordânia)

“Se falarmos da questão de gênero, hoje temos cerca de 300 milhões de mulheres a menos do que homens usando a internet. É isso mesmo o que queremos? Pessoas vigiadas, que não conseguem formar um grupo online? Precisamos falar sobre direitos. O desempoderamento econômico é também uma dificuldade muito grande para o acesso.”



Bia Barbosa, Intervozes

“Há uma falsa impressão das pessoas de que se elas não estão fazendo nada de errado, não tem problema que vejam sua atitude na internet. Mas isso parte do princípio de que todos nós somos criminosos em potencial e que por isso os dados têm que ser sistematicamente guardados. Isso é uma distorção completa de um direito fundamental: o direito à privacidade.”



Nelson Breve, presidente da Empresa Brasil de Comunicação - EBC

“Se a sociedade civil não puder acompanhar de perto a formulação, fiscalização e regulação significa que ela não tem controle sobre os seus bens. Esse é o direito que preciso ser firmado. Eu lanço o desafio de que precisamos reconhecer todos os meios de comunicação como bens públicos que necessitam de controle e legitimidade da sociedade civil.”



Alexandra Haché, coordenadora de projetos da Tactical Tech (Alemanha)

“Precisamos ser pacientes, ter tempo e dar oficinas antes de tentar convencer as pessoas a usarem ferramentas livres, para termos uma massa que critique o governo e essas corporações e buscar participar de aulas na internet e no mundo digital para ajudar a comunicar essa questão.”



Stéphane Couture, pesquisador da Universidade McGill (Canadá)

“Existem duas formas de abordar as alternativas: uma é sobre infraestrutura e a outra são as políticas públicas. Isso é também uma questão de estabelecer coalizões políticas de maneira que as pessoas pelo menos conheçam o problema. Precisamos saber que tipo de pontes conseguimos construir, buscar estratégias e discutir isso com outras pessoas em outros espaços.”



Combate ao racismo e à xenofobia e luta por reparações

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Maha Abdelhamid, *Collectif Tunisien pour l'Égalité et contre le Racisme (Movimento Negro da Tunísia)*

Edson França, *da Unegro, União de Negros pela Igualdade, Brasil*

James Early, *Smithsonian Center for Folklife and Cultural Heritage, Estados Unidos*

Jurema Werneck, *ONG Criola e Articulação de Mulheres Negras do Brasil*

Mireille Fanon-Mendes, *Fondation Frantz Fanon, França*

COORDENAÇÃO DA MESA:

Gilberto Leal, *Conen - Coordenação Nacional de Entidades Negras*

Nilza Iraci, *Geledés - Instituto da Mulher Negra*

A luta contra o racismo e a xenofobia é um assunto de todos/as, central na construção de uma nova concepção de humanidade. O racismo atinge diversas populações e etnias, está visível em diversas dimensões da vida humana e se expressa no sexismo, no genocídio e no extermínio da juventude negra em vários países. O racismo exige dos movimentos sociais a tarefa cotidiana de construção de novas ideologias. Lutar contra o racismo significa também lutar pela transformação dos sistemas que produziram e ainda produzem discriminação, exploração, abuso sexual e outras tantas violências e isso significa lutar contra o capitalismo, o patriarcado e a homofobia.

O racismo não é somente a discriminação pela cor da pele, mas a discriminação praticada contra uma determinada população para estabelecer privilégio de uns/umas sobre outros/as. O racismo organiza sistemas econômicos e de governo que se sustentam na ideia ocidental da superioridade racial e cultural de quem é branco/a e na inferioridade dos povos, religiões e culturas negras ou não brancas. Ele é visível nas várias sociedades onde povos negros foram escravizados, mas também na relação com povos originários indígenas nos vários continentes, na relação com os povos do mundo árabe, com palestinos, sarauís, ciganos e dalits. Se expressa tanto na perseguição às religiões de matriz

africana no Brasil, quanto na islamofobia alimentada pelo Ocidente. Está nas sociedades dos países mais ricos do hemisfério norte, como na relação com migrantes latinos/as, asiáticos/as, africanos/as ou da Europa do leste. O racismo permitiu uma divisão econômica, financeira e militar entre os povos, as comunidades e os Estados.

Foi a ideologia do racismo que permitiu racionalizar, ou seja, tornar natural e aceitável, a exploração de mulheres, homens e crianças negras como escravos nas Américas e em vários outros países que foram colônias entre os séculos XI e XIX, período em que o trabalho físico e mental do povo africano foi o sustentáculo principal do capitalismo. O racismo torna-se mais complexo quando olhamos para as perspectivas de gênero ou geracional: as mulheres negras experimentam o racismo de forma diferente dos homens negros, as lésbicas negras de forma diferente das heterossexuais negras e o mesmo para a juventude e as pessoas com deficiência.

Desconstruir a ideia de superioridade de uns/umas sobre os/as outros/as é, portanto, o primeiro passo para enfrentar o racismo. Isso passa pela educação, auto-organização e conscientização dos povos que sofrem o racismo. Passa também por medidas a partir do Estado que deve reconhecer sua existência e estabelecer políticas para combatê-lo. Finalmente, enfrentar o racismo passa por reconhecer o aspecto econômico que está por detrás do mesmo: a escravidão, em vários países, foi abolida por uma decisão de ordem econômica e não por um reconhecimento de que a população negra fosse igual e digna dos mesmos direitos que os/as brancos/as e marcou o início de um segundo tipo de escravidão, caracterizada pela oferta de mão-de-obra com baixa qualificação e remuneração, igualmente explorada.

Trajetórias no enfrentamento ao racismo: Brasil e Tunísia

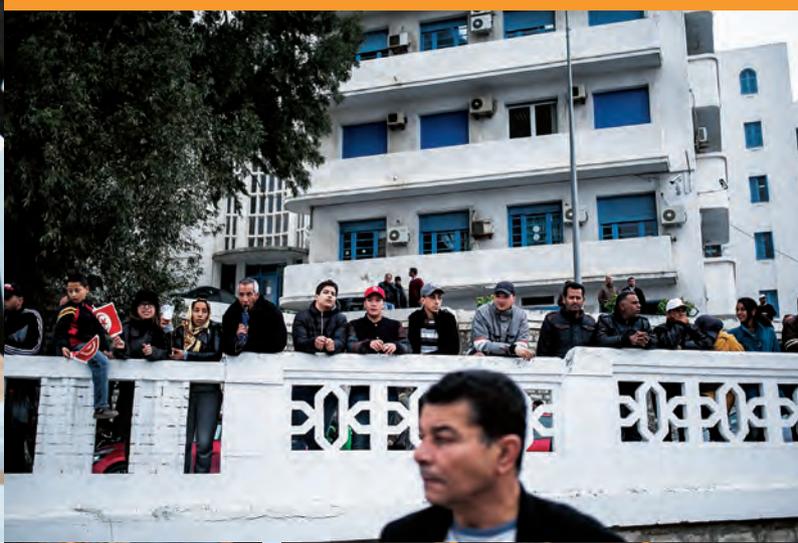
Um caminho necessário na luta contra o racismo é o reconhecimento de que ele existe. Ele aparece socialmente de maneira muito evidente em comportamentos de discriminação contra a população negra ou de cor, no uso de termos de cunho pejorativo ou na desigualdade de oportunidades de acesso a bens e serviços, formação e trabalho.

No Brasil, diante de uma elite que não assumia a existência do racismo, o primeiro foco do movimento anti-racismo foi a denúncia do mito da democracia racial. Havia toda uma construção ideológica que negava fatos concretos de racismo presentes na sociedade, academia e governos, que compartilhavam o mito e influenciavam o senso comum. O reconhecimento da existência do racismo permitiu elaborar diagnósticos dos danos e que o Estado operasse e se comprometesse com o enfrentamento do problema já que esta é uma luta que não deve ser apenas do movimento social.

Essa luta passou pela elaboração, no período pós-ditadura brasileira, da Constituição Federal, aprovada em 1988, que inclui em seu texto o racismo como crime inafiançável e imprescritível. A organização popular, ao longo do período da ditadura e da redemocratização do País, levou à eleição, somente em 2002, de um governo que assumiu a reivindicação do movimento negro com mais força. Há pouco mais de dez anos, há conquistas no plano institucional, como o reconhecimento dos territórios quilombolas, a implementação de políticas afirmativas como as cotas nas universidades e no serviço público federal, o Estatuto da Igualdade Racial, além da implementação de estruturas institucionais como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Todas essas medidas são positivas, mas insuficientes para reverter o quadro de desigualdades, sendo que só serão efetivadas a partir da cobrança da sociedade civil organizada.

Já na Tunísia, o movimento negro retomou sua articulação recentemente, a partir da revolução de 2011. A presença negra nesse país é composta por descendentes de escravos/as traficados/as no período colonial e também por migrantes que chegam, a partir do século XX, fugindo das guerras que atingem os vários países da África subsaariana. A maior parte se concentra na região sul do País, que é também a mais pobre e marginalizada.

A abolição da escravatura veio em 23 de janeiro de 1846 e, como no Brasil, nos Estados Unidos ou em outros países colonizados, foi desacompanhada de um processo de inserção dos/as ex-escravizados/as na sociedade em condições adequadas. A colonização francesa acentuou ainda mais o processo de empobrecimento e de marginalização da população negra. O racismo está visível em ex-









pressões pejorativas, em atos discriminatórios, a exemplo de cemitérios distintos para brancos/as e negros/as no sul do País, e na desigualdade de acesso a educação e trabalho, mas não há nenhuma lei que coíba ou puna tais atos. Também não se sabe exatamente qual a porcentagem da população negra (avaliada em 15%), uma vez que as estatísticas do censo demográfico não incluem a opção de declaração de cor. Ainda hoje, há jovens negros/as que carregam em seu nome a expressão “atig”, que significa, “liberado/a”, seguida do nome do antigo senhor de seus/suas antepassados/as escravizados/as.

Até a independência da Tunísia, em 1956, não houve um movimento de conscientização racial similar aos que aconteciam na África do Sul, Estados Unidos ou Brasil, tanto pelo isolamento quanto pela falta de lideranças intelectuais negras que pudessem defender e falar em nome dos direitos da população negra. Em meados da década de 1960, surge uma primeira tentativa de organização, liderada por um homem chamado Slim Marzoug Mazouk, que estudou na França. Ao retornar à Tunísia, ele tentou organizar os/as negros/as nas regiões do sul do País em torno de um partido político. Essa iniciativa foi vista como uma ideia separatista que ameaçava o projeto de “tunisificação” conduzido pelo líder da independência, Habib Bourguiba, para construir uma sociedade homogênea, sem discriminações, o que ainda não acontece na prática. Slim Marzoug Mazouk foi preso várias vezes e, na última, o Estado decretou sua insanidade mental e ele foi internado em um hospital psiquiátrico por 35 anos. Libertado cerca de um mês antes de sua morte, já velho e doente, deu entrada novamente no hospital onde logo faleceu.

Recuperar o caminho deste personagem pioneiro, relevante em um momento em que a população negra não tinha informações sobre direitos e estava silenciada, foi um dos objetivos da Marcha da Igualdade iniciada em 18 de março de 2014. Trata-se de uma caravana que começou na cidade de Djerba, conhecida por sua herança escravagista, passou por Gabès e Sfax até chegar na capital Túnis, em 21 de março, Dia Internacional de Luta contra o Racismo, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). A marcha contou com uma grande participação da população negra tunisiana e deu visibilidade às suas demandas,

como por exemplo, a adoção de uma legislação que penalize os atos racistas e o estabelecimento do 23 de janeiro como uma data comemorativa da libertação dos/as escravos/as. A participação do movimento negro tunisiano no FSM 2015 também reforçou essas reivindicações.

Ocupação de espaços de poder

Mesmo com todos os mecanismos de enfrentamento ao racismo e de inclusão da população negra na sociedade, ainda há esferas onde é preciso avançar. Entre elas, a da participação e a da representação política. No Brasil, há organizações do movimento negro em quase todos os Estados brasileiros, mas ainda é preciso que sua força política se amplie para impor mudanças e avançar na luta. Outras falas destacaram a necessidade de pensar para além do Estado, visto que este é construído com violência para controlar povos ditos inferiores, e construir novas institucionalidades.

Dados do censo brasileiro realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelou que a população negra e as mulheres negras representam, respectivamente, 51,73% e 25% da população do País. Entretanto, essa população está sub-representada em todos os espaços de poder e decisão, sendo que a mulher negra ocupa a base da pirâmide social.

O Brasil tem um sistema legislativo bicameral no qual há apenas um negro no Senado. Entre os 513 deputados, apenas 43 ou 8,3% dos/as deputados/as são negros/as, situação que se repete nas capitais e prefeituras. No executivo, o cenário é o mesmo: são 37 ministérios e apenas uma representação negra, no Ministério da Igualdade Racial. Frente a isso, avaliou-se que, em sociedades multirraciais, a ocupação desses espaços de poder é fundamental na ação contra o racismo. Por outro lado, o entendimento é de que não basta ter negros/as ocupando espaços de poder porque ser negro/a não significa a automática incorporação do tema do enfrentamento ao racismo na sua agenda. Durante a mesa, foram feitas ressalvas a essa ideia citando como exemplo o caso do governo Barack Obama, que se por um lado representa uma valorização da identidade negra, por outro não rompe com o sistema que gera opressões.

O número da população e a natureza da economia brasileira - sétima maior do mundo, terceira em termos de produção de aviões, primeira na produção de soja e rica em recursos naturais - demandam que a sociedade negra do País pense onde vai estar daqui 25 anos frente a espaços como o grupo dos BRICS - Brasil, Índia, China e África do Sul. Durante o debate, a sociedade civil negra brasileira foi chamada a pensar seu papel não apenas na luta contra o racismo no Brasil, mas no continente, exercendo liderança frente à emergência da CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Por exemplo: como impulsionar o governo brasileiro a abordar as questões relativas ao Haiti e ao desenvolvimento de Cuba? Como assegurar que a presidenta Dilma Rousseff, quando no próximo ano estiver em Washington DC, fale a partir da maioria da cidadania brasileira para os/as 200 milhões de descendentes de africanos/as nos Estados Unidos? Esse é um desafio posto para o movimento negro no Brasil.

Protagonizar processos, fortalecer a resistência

Muitas falas destacaram a necessidade de auto-consciência, educação e auto-organização, mas também de que haja espaço para que os/as negros/as falem com suas próprias vozes nos vários espaços de participação, como nas conferências da ONU, mas também no Fórum Social Mundial, onde há uma dominação intelectual branca. Durante muitas décadas, o movimento de direitos humanos falou em nome de negros/as, ciganos/as, pobres e jovens e é hora de reivindicar essa igualdade e expressar a riqueza do aporte dessas populações em documentos internacionais. Em relação à educação, as falas registraram o aporte de US\$ 2 milhões do governo brasileiro para a publicação dos nove volumes da História da África editados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a inclusão da população negra nos currículos escolares da Colômbia e as cadeiras sobre estudos negros nos Estados Unidos. Construir coalizões entre esses/as professores/as é um caminho para denunciar o racismo e combatê-lo.

Classe, gênero e raça sempre foram questões importantes, mas raça foi utilizada para racionalizar a exploração de homens, mulheres e crianças negras, e muitos dos/as nossos/as aliados/as brancos/as falavam em classe, pois raça não era a questão central do sistema de exploração.

As populações negras estão nas Américas há séculos, são as mais empobrecidas, aquelas com os índices de encarceramento mais altos, com mais problemas de saúde, mas estão vivas porque têm lutado. É necessário falar a partir das nossas fortalezas, da nossa resistência e de nossa visão sobre progresso, não a partir de nossas debilidades, para nos situarmos melhor na negociação de poder. A luta por liberdade é uma luta constante. Derrotamos a escravidão e o colonialismo, derrotaremos o racismo, mas outras lutas virão. É preciso elaborar uma estratégia, analisar os problemas de hoje para, em seguida, identificar como lutaremos durante nossas vidas rumo a uma nova concepção da humanidade. A liberação do povo negro está no bojo da liberação da humanidade.

Reparações como reforço à luta contra o racismo

Ficou evidente no debate que as reparações ou medidas afirmativas de melhoria da vida da população negra são um reforço, mas não o centro das políticas de combate ao racismo. A reparação é uma negociação com o poder no mundo de hoje e elas são conquistas do movimento negro organizado, não foram dadas. Nos Estados Unidos, logo após a abolição, aos/as descendentes de africanos/as foram prometidos 40 hectares de terra além de insumos para a produção como instrumentos para seu desenvolvimento e manutenção, mas esse conteúdo foi negado.

Na democracia burguesa, as reparações permitem que algumas pessoas negras tenham acesso mais fácil à educação, melhorem de vida enquanto estão vivas e, nesse sentido, elas representam avanços, mesmo que não signifique que alcançamos a utopia. No Brasil, por exemplo, o estabelecimento de cotas de acesso à universidade e ao serviço público federal teve um efeito imediato que é a presença maior de negros e negras nesses espaços, em cargos altos ou de maior visibilidade, algo que não é visto nos espaços do mercado privado.

As políticas afirmativas também trazem contradições, porém o papel da sociedade civil organizada é trabalhar para conscientizar para a transformação social, o rompimento com a base material e a criação de uma narrativa que supere o racismo e todas as formas de opressão. Pensar como cidadãos/ãs em sua totalidade, não apenas como cidadãos/ãs negros/as, mas como agentes de transformação para um modelo civilizatório onde todas as pessoas tenham o direito a viver com dignidade. Há uma tendência dentro das comunidades negras de ser anti-brancos/as e pró-negros/as, mas não pró-humanidade.

As reparações ao povo negro são um tema fundamental e de ordem democrática para toda a população, não se trata de separatismo ou de benefícios apenas para uma parte. A escravidão foi declarada um crime contra a humanidade e deve existir uma penalidade e reparações para seus/suas descendentes, como no caso de Barbados, onde a população sofre com amputações derivadas de dia-

betes herdadas de seus/suas antepassados/as, que foram forçados a comer açúcar.

O mundo não irá avançar se os/as negros/as não avançarem: as prisões nas Américas, seja nos Estados Unidos, Brasil, Colômbia, Cuba ou Venezuela, estão plenas de mulheres e homens negros/os. Isto significa que os recursos de sociedades inteiras estão sendo utilizados de maneira negativa, não em serviços públicos de saúde ou educação, e que a sociedade inteira não está avançando dessa maneira.

A mesa destacou que é preciso trabalhar com a juventude, pois não se trata apenas de falar de discriminação ou resistência. As reparações são elementos e ocasiões para trabalhar rumo à transformação com o objetivo de atingir a plena cidadania, de ser capaz de participar com nosso poder mental e imaginação de novas maneiras de expressar a humanidade, novas formas de entender a economia, novos jeitos de entender o desenvolvimento.



Maha Abdelhamid - Movimento Negro da Tunísia

"Após a abolição da escravatura na Tunísia, não houve nenhum processo de inserção dos ex-escravizados na sociedade. A colonização francesa acentuou esse processo. A participação no FSM 2015 visa fortalecer o movimento, pois a Tunísia não possui leis contra a discriminação ou que defendam a população negra, que na sua maioria não fala árabe e são de religiões diferentes."



James Early - Smithsonian Center for Folklife and Cultural Heritage/EUA

"O racismo não é somente a discriminação pela cor da pele, mas a manutenção de privilégios orientados pelo sistema econômico que atinge outros nichos, como discriminações e abusos contra mulheres e crianças. Precisamos lutar contra o racismo para que todos nós nos tornemos cidadãos. Questões sobre reparação são questões da democracia, dos direitos humanos."



Jurema Werneck - ONG Criola/Brasil

"O racismo não é novidade no mundo, pois se trata de violência. É a experiência de subordinação e dominação, um sistema complexo que atua de maneiras diferentes sobre cada um de nós. Os homossexuais, os deficientes, as mulheres, os transexuais, todos experimentam o racismo de um lugar diferente. Não é algo abstrato."



Edson França, da Unegro - União de Negros pela Igualdade

"A sociedade brasileira é peculiar, pois as elites não assumem a existência do racismo, o que fez com que o foco do movimento anti-racismo fosse a denúncia do mito da democracia racial, da construção ideológica que negava fatos concretos. A busca pelo reconhecimento do racismo permite diagnósticos dos danos e que o estado opere e se comprometa com o problema."



Mireille Fanon-Mendes - Fondation Frantz Fanon/França

"A abolição não ocorreu porque as pessoas estavam convencidas de que os negros são iguais aos brancos, mas porque se chegou ao final de um ciclo econômico que estava custando demais. Os negros foram libertados e se tornaram trabalhadores explorados de outra maneira. Essa lógica nunca foi realmente quebrada e isso explica porque nós continuamos a ser subjugados."

Atividades complementares



Atividade autogestionada: “Educação de jovens e adultos e direitos dos povos”, realizada na Casa Brasil

Educação de jovens e adultos e direitos dos povos

A educação de jovens e adultos também foi problematizada no Fórum Social Mundial 2015. Instituto Paulo Freire-Brasil (IPF), Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) realizaram no dia 27/03/2015, na Casa Brasil, a Mesa de diálogo “Educação de jovens e adultos e direitos dos povos”.

Geanne Campos, representando o Projeto MOVA-Brasil, e Angelo Kapwacha, pelo Fórum Regional para o Desenvolvimento de Angola, apresentaram as experiências de educação popular dos dois países. Também compuseram a mesa de diálogo: José Barbosa (Petrobras) e José Genivaldo da Silva (Federação Única dos Petroleiros). A coordenação foi de Luiz Marine (Instituto Paulo Freire).

A Educação e a construção da Democracia participativa

Na manhã do dia 25/03, o Instituto Paulo Freire realizou, em sua sede, em São Paulo, a atividade estendida do FSM 2015, “A Educação e a construção da Democracia Participativa” com dois momentos importantes que integraram as equipes do Projeto MOVA-Brasil, nos 11 estados, aos participantes e a discussões que estavam

acontecendo na Tunísia. No primeiro momento, assistiu-se à transmissão ao vivo da mesa temática “Democracias: novas estratégias de participação popular para o empoderamento da sociedade civil”. Participações brasileiras destacaram-se, como Olívio Dutra, apresentando a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre (RS) e Letícia Cardoso, do Movimento Passe Livre, reforçando a importância do transporte coletivo como um direito transversal a todos os outros direitos.

O segundo momento foi a mesa de diálogos realizada no Brasil, tendo como mediadores Moacir Gadotti (FME/IPF), Terezinha Vicente (Ciranda e Fórum Mundial de Mídia Livre), e como coordenador, Roberto da Silva (FE-USP). O professor Moacir Gadotti comentou as manifestações ocorridas em 2015 no Brasil, destacando que a disputa central pelo direito à participação passa pela experiência tensa da democracia. Por sua vez, Terezinha apoiou que o povo vá às ruas para se manifestar, porém contestou a fonte de informação que as pessoas acessam para se organizar e ir às ruas. O rádio e a televisão são ainda o principal meio de informação da população brasileira. “É difícil construir uma democracia participativa quando as pessoas só tem acesso a um lado da história”.

A atividade contou com 111 participantes a distância contribuindo, desta forma, para ampliar a atividade realizada pelo coletivo brasileiro em Túnis e provocar reflexões a partir de diferentes contextos locais.



Moacir Gadotti, Roberto da Silva e Terezinha Vicente, durante a atividade estendida

Perspectivas

O legado do FSM 2015 na Tunísia para o processo do FSM 2016 no Canadá

No dia 28 de março de 2015, a Tunísia despediu-se da 10ª edição do Fórum Social Mundial. Tendo acolhido duas edições do evento mundial, o país tornou-se, ao lado do Brasil, o outro grande território de identidade do FSM. Tunísia e Brasil são os dois países que abrigaram mais de uma edição do FSM: duas edições foram realizadas na Tunísia e cinco no Brasil.

A realização do FSM 2015 ocorreu em condições adversas inesperadas, que mudaram parte dos rumos e expectativas do evento e impuseram decisões e adaptações. O primeiro fato inesperado foi de ordem política: no dia 18 de março, seis dias antes do início do evento, o país e o mundo foram surpreendidos por um atentado no renomado Museu do Bardo, ao lado do Parlamento tunisiano. Vinte e quatro pessoas foram brutalmente assassinadas, 45 feridas, a maioria turistas das mais diversas nacionalidades e regiões do mundo. “Os sangues dos povos se misturaram”, declararam os dirigentes do Fórum Tunisiano de Direitos Econômicos e Sociais (FDTDES), que coordenou a organização do evento.

O FSM 2015 não foi cancelado e a confirmação da participação da maior parte das delegações soou como um apoio ao povo tunisiano na sua luta contra as forças conservadoras e antidemocráticas. Durante todo o evento, as pessoas participantes de outras regiões do mundo ouviram tunisianos e tunisianas na cidade repe-

tirem incansavelmente: “Vocês são bem vindos” e “a presença de vocês é importante para o povo tunisiano!”.

Esta edição se deu em um cenário mundial de crise do modelo de desenvolvimento predominante: capitalista, patriarcal, racista e imperialista. Ao mesmo tempo, a oportunidade de aproximação física de povos do mundo todo evidenciou a conexão entre as lutas locais e globais, todas contra um mesmo inimigo: o sistema político e econômico que explora recursos, ocupa territórios e massacra povos de todo o mundo. Depoimentos de militantes do Saara Ocidental, da República Democrática do Congo, da Palestina, do povo curdo, da periferia de São Paulo, de remanescentes quilombolas, de povos indígenas, de jovens urbanos/as e de movimentos de mulheres, entre outros, entreteceram-se no contexto do FSM 2015.

Como era de se esperar, as opiniões sobre esta última edição do Fórum Social Mundial são tão diversas quanto seus/suas participantes. São muitos os olhares, de diferentes pessoas e movimentos, cada qual analisando o todo com uma visão própria que responde a determinadas expectativas.

Alguns olhares destacam a expressão de certas lutas que se mostraram mais fortalecidas, a exemplo do movimento LGBT, que realizou, pela primeira vez, no País, uma marcha sobre o tema. Outros relatos enfatizam o enfrentamento

ao racismo, movimento que se firmou como fundamental na dinâmica do FSM e nas discussões sobre direitos humanos na Tunísia e na região. Um avanço a ser registrado refere-se aos movimentos de desempregados/as na região, que conseguiram criar e lançar a Rede Mundial de Luta contra o Desemprego e o Trabalho Precário, aproveitando para articular a adesão de outras organizações do resto do mundo.

Por outro lado, foi identificada a perda de entusiasmo da juventude tunisiana, em comparação com 2013, quando da realização da primeira edição do FSM na Tunísia. Segundo algumas percepções, o entusiasmo pós-revolucionário dos/as jovens deu lugar a certo ceticismo em relação ao processo democrático em curso no País, especialmente após as recentes eleições que deram a vitória a representantes de um partido de coalizão dominado pelos liberais.

Não só a juventude da Tunísia, mas também grande parte das organizações do mundo árabe demonstra preocupação com a situação social e política na região, especialmente em relação às guerras civis, à militarização dos regimes e ainda à existência de grupos extremistas antidemocráticos. É evidente a dificuldade do FSM em reacender a chama da utopia e da esperança em um mundo melhor no contexto internacional atual.

Já a participação dos/as cerca de 200 brasileiros e brasileiras e de mais de 100 organizações e movimentos sociais de diferentes regiões foi um resultado importante da mobilização realizada por meio da parceria estabelecida entre as sete organizações que coordenaram o processo, a Petrobrás e a Secretaria Geral da Presidência da República.

O espaço denominado “Casa Brasil”, uma tenda de 300 metros quadrados de extensão onde foram realizadas mesas de diálogo e debates promovidos por organizações brasileiras, deu visibilidade aos temas debatidos e à presença brasileira no FSM. A estrutura, com capacidade para participação de cerca de 150 pessoas e tradução simultânea para os idiomas português, inglês e francês, favoreceu uma maior interação

dos/as brasileiros/as com participantes de diferentes países.

As primeiras reflexões da delegação brasileira sobre sua participação no FSM 2015 revelaram uma avaliação geral bastante positiva em relação ao evento, à participação da sociedade civil brasileira, à condução do projeto de mobilização pelo seu caráter transparente e democrático, o que favoreceu a composição de uma delegação bastante plural. É possível afirmar que foi uma excelente oportunidade de intercâmbio entre a sociedade civil brasileira e a tunisiana, ambas em luta pelo aprofundamento de seus processos democráticos. O FSM 2015 favoreceu a formação social e política destas lideranças brasileiras e viabilizou intercâmbios e articulações nacionais e internacionais nos mais diversos campos de atuação.

Um dos principais desafios do FSM permanece sendo a articulação das lutas e a construção de pautas e estratégias comuns que resultem numa articulação mais global e que amplie a possibilidade de incidência transformadora no cenário mundial. Esse desafio também está posto para a sociedade civil brasileira, cuja participação no FSM foi diversa, mas, de certa forma, dispersa. A conjuntura brasileira e latino americana, marcada pelo avanço orquestrado da direita e do conservadorismo em vários países, exige a convergência dos movimentos sociais e a construção de possibilidades de incidência mais efetiva do FSM no contexto planetário. O processo de organização da delegação brasileira deu novo fôlego para a rearticulação do FSM no Brasil.

Nessa perspectiva, decisões tomadas na reunião do Conselho Internacional (CI) do FSM, realizada em Túnis, dias 29 e 30 de março, apontam para algumas possibilidades no sentido das transformações necessárias. Entre elas destacam-se:

- Em janeiro de 2016, acontecerá, em Porto Alegre (RS), uma edição do Fórum Social Temático em comemoração aos 15 anos de existência do FSM. O evento, a ser realizado no mesmo período em que acontecerá o Fórum Mundial Econô-

mico de Davos, dará início ao processo de mobilização para a 12ª edição do FSM.

- A decisão dos/as integrantes do CI foi apoiar a realização da próxima edição do FSM no Canadá, proposta defendida com grande entusiasmo por um grupo de organizações daquele país. Merece destaque o envolvimento de movimentos de juventude nessa articulação que, assim como na Tunísia e no Brasil, deixaram transparecer uma nova cultura política de forte participação popular. O FSM 2016 será realizado no mês de agosto de 2016, na cidade de Montreal, em Québec.
- Outra decisão importante do CI do FSM diz respeito à reflexão sobre a importância da reorganização do próprio funcionamento do Conselho Internacional, a fim de buscar atualizar-se e dar

respostas mais efetivas à necessidade de incidência do FSM no cenário sócio-político mundial. Neste sentido, um Grupo de Trabalho (GT) do CI do FSM foi criado. Dele fazem parte, entre outras, organizações que coordenaram a participação da delegação brasileira no FSM 2015 como Abong, Instituto Paulo Freire, Flacso-Brasil e União Brasileira de Mulheres.

A mobilização da sociedade civil brasileira em torno da rearticulação do processo do Fórum Social Mundial e a resposta obtida por meio do amplo envolvimento e comprometimento de pessoas, organizações e movimentos sociais com a edição 2015 nos dão indicadores de que é importante seguirmos investindo energia e esforços no FSM como possibilidade de construção de outro mundo possível. Há esperanças.

Organizações contempladas pelo projeto

ABAM - Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares

ABONG - Associação Brasileira de ONGs

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

Agência de Redes para Juventude

AJAGUM OBIRIN - Organização de Mulheres Negras; Kilombo - Organização Negra do RN

AMNB-E'LÉÉKÒ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania

ANPG - Associação Nacional de Pós-graduandos

APALBA - Associação das Pessoas com Albinismo na Bahia

Articulação Antinuclear Brasileira

AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras

ASA Articulação no Semiárido

Associação Baiana de Deficientes Físicos

Associação Cultural Aspiral do Reggae

Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena

Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí

Associação Vida Brasil

Campanha Popular contra o Muro de Apartheid - Stop the Wall

Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação

Casa do Movimento Popular

CEN - Coletivo de Entidades Negras

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz

Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé

CPS NOIR MEDEIROS - Centro de Promoção Social Noir Medeiros de Souza

Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada

Coalizão por um Brasil Livre de Usinas Nucleares

Comissão Ilha Ativa

Comissão Pró Índio - Acre

Comunicação Mulher/Articulação Mulher e Mídia

CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores

Cooasteps

COOPERAR

Cooperativa dos Artesãos do Rio Grande do Sul

CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras

CRAMMER 2

CRIOLA/Marcha das Mulheres Negras

CSI - Confederação Sindical Internacional

CUT - Brasil - Central Única dos Trabalhadores Engajamundo

Escola Nacional Florestan Fernandes

FaccióN - Facção

FACES DO BRASIL - Plataforma Nacional de Comércio Justo e Solidário

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Fora do Eixo

Fórum Mundial de Educação

Fórum Mundial de Mídia Livre

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Fórum Permanente do HipHop de Porto Alegre

Fotógrafos pela Palestina

Frente em Defesa do Povo Palestino

FUP - Federação Única dos Petroleiros

GELEDÉS

GERMEN - Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental

Grupo Tortura Nunca Mais

Instituto Amigos Fórum Social Mundial Porto Alegre

INSTITUTO BRAÇOS - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Instituto Búzios

IECAM - Instituto de Estudos Culturais e Ambientais

Instituto Imersão Latina

Instituto Palmares de Promoção da Igualdade

INSTITUTO PARRHESIA ERGA OMNES

IPF - Instituto Paulo Freire

INSTITUTO SUPER ECO - Associação SUPER ECO de Integração Ambiental e Desenvolvimento da Criança

Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Levante Popular da Juventude

MAM - Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração

Mídia Ninja

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos

Mova Brasil - Articulador Social

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Movimento Nacional de Luta pela Moradia

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MPL - Movimento Passe Livre

MUSAS - Movimento de Mulheres Solidárias do Amazonas

Núcleo de Organização e Valorização da Mulher Ongnet

Organização para Desenvolvimento Humano Rios da Amazônia

Plataforma Operária e Camponesa para a Energia

REBRIP - Rede Brasileira Pela Integração dos Povos

Rede Amazônia Negra

Rede de Alimentação e Economia Solidária da Bahia

Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Rede Jubileu Sul

RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde

SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia/AMB

Themis Gênero Justiça e Direitos Humanos

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UBM - União Brasileira de Mulheres

UJS - União da Juventude Socialista

UNEGRO - União de Negros Pela Igualdade

UNE - União Nacional dos Estudantes

Carta Mundial da Mídia Livre

Nós, comunicadores/as e ativistas, engajados/as em múltiplas práticas de comunicação emancipatória em diferentes regiões do mundo, livremente reunidos/as em março de 2015 em Túnis, por ocasião do 4º Fórum Mundial de Mídia Livre, organizado nos marcos do Fórum Social Mundial 2015, adotamos a presente Carta Mundial da Mídia Livre, como resultado de nossa reflexão coletiva iniciada em 2013 e como expressão da nossa voz de resistência e engajamento em defesa de uma comunicação justa e emancipatória, comprometida com as evoluções do mundo e da humanidade.

Carta Mundial da Mídia Livre

Somos mulheres e homens comunicadoras e comunicadores, ativistas, jornalistas, hackers, meios comunitários ou livres, movimentos sociais, associações ou organizações populares. Somos blogueiras e blogueiros, produtores/as de audiovisual, desenvolvedores/as de tecnologia livre, associações, redes, sindicatos, escolas de comunicação, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil que apoiam o acesso à informação e à comunicação.

Somos indivíduos e coletivos, profissionais, amadores/as, militantes pela democratização da comunicação tanto em nível local quanto global, que afirmamos que esta democratização e o direito à comunicação de todas e todos são uma condição essencial para a construção de um mundo justo e sustentável.

Desde o início dos movimentos de luta antitermundista, trabalhamos de mãos dadas para construir um espaço de expressão dos movimentos sociais. O Fórum Social Mundial, que compreende os fóruns temáticos e regionais organizados em todo o mundo desde 2001, funciona como um espaço de convergência e cooperação difundido pelas mídias livres. Nossa rede de ativistas surgiu no bojo desta dinâmica e se transformou num movimento estruturado em prol da liberdade de expressão e da luta por outra forma de comunicação. Continuaremos a cooperar com outros movimentos, contribuindo para fazer da comunicação uma questão política, visando a transformação do sistema mundial de comunicação.

Praticamos novas formas de comunicação

humana, intercultural, horizontal, não-violenta, aberta, descentralizada, transparente, inclusiva e compartilhada, através de múltiplos instrumentos e formas de expressão (rádio, televisão, audiovisual, imprensa, internet etc), experimentando novos modos de organização e produção de informação. Nossas fontes de financiamento, quando existem, não condicionam nossa maneira de comunicar nem nossa linha editorial.

Estamos conscientes de que o termo “mídia livre” remete a diferentes interpretações em função de diversas realidades linguísticas e culturais. Nós o escolhemos, antes de mais nada, porque ele nos reúne em torno de práticas comuns, baseadas na busca por autonomia diante das lógicas comerciais ou estatais, na luta contra todas as formas de dominação e no desejo de garantir espaços de expressão abertos. Queremos construir modelos econômicos solidários e sustentáveis.

O diálogo dentro da nossa diversidade nos ensinou a melhor conhecer nossas forças, nossas contradições, nossa ética comum, nossas sensibilidades, práticas e nosso desejo de luta e independência. Os encontros realizados desde 2013 também nos permitiram elaborar princípios de ação e um horizonte estratégico comum.

Esta Carta marca tanto o resultado de um processo quanto um novo ponto de partida para continuar a construção de um movimento emancipatório dos atores da informação, da comunicação e de suas tecnologias.

Precisamos mais do que nunca de uma

comunicação contra-hegemônica, plural e engajada

Constatamos que a **produção de conhecimento e a difusão de informações pelos meios hegemônicos estão subordinadas aos poderes políticos e econômicos**. Os meios comerciais reproduzem um sistema de valores e de compreensão do mundo em crescente dissonância das reais necessidades da população e de grupos sociais já marginalizados. Nos últimos 20 anos, com a concentração da mídia e o desenvolvimento transnacional de redes de telecomunicações em todas as partes do mundo, o poder dos atores tradicionais da comunicação se ampliou. A grande mídia se tornou o vetor hegemônico de construção de sentidos, de subjetividades e da opinião pública, instaurando uma lógica de mercantilização da cultura e da linguagem e podendo se tornar um fator de desestabilização em diferentes regiões do mundo.

De modo mais profundo, **percebemos que o modo de comunicar da mídia hegemônica contribui para a exacerbação dos problemas** que o mundo atravessa atualmente nos planos cultural e político. Ela homogeniza e monopoliza onde se deveria valorizar a diversidade, favorecer a participação, a colaboração com uma construção coletiva de conhecimento e compreensão do mundo. Ela se organiza em torno do factual, do interesse particular e do valor comercial onde se deveria compreender os processos sociais em sua temporalidade e profundidade, e promover o interesse público.

Construímos uma comunicação inclusiva, plural e transformadora

Frente a esse sistema hegemônico de comunicação, ativistas e atores da sociedade civil têm recorrido histórica e continuamente às mídias livres em seu combate pela democracia real e a justiça social. Essas mídias dão espaço a outras vozes e se opõem à hegemonia dos discursos utilizando canais não comerciais e não governamentais (como as rádios comunitárias, canais de televisão independentes, jornais,

blogs, redes sociais, a música, a arte de rua etc).

Com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente a Internet, **vivemos nos últimos anos o surgimento de novas potencialidades de compartilhamento e difusão de conhecimento em quase todos os países do mundo**. A existência de grupos que defendem as mídias livres cada vez mais numerosos e interconectados reforça nosso desejo e nossa capacidade de trabalhar juntos além das fronteiras e das diferentes linguagens midiáticas.

Constatamos que a sociedade civil se apropria das novas tecnologias para criar rádios e TVs independentes na internet, blogs, redes sociais, plataformas de compartilhamento de áudio e vídeo, jornais e revistas digitais. Tecnoativistas desenvolvem softwares livres e interfaces que são verdadeiras alternativas aos programas e serviços comerciais.

Afirmamos princípios comuns para conduzir nossa ação e promover as mídias livres em nossas sociedades

Considerando as declarações internacionais, as cartas e os textos de referência que dizem respeito à comunicação, entre eles o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) sobre a liberdade de expressão, assim como as diferentes declarações de movimentos sociais sobre o direito à comunicação adotadas nos Fóruns Sociais Mundiais, afirmamos que

- 1. A liberdade de expressão para todas e todos, o direito à informação e à comunicação e o acesso livre ao conhecimento são direitos humanos fundamentais.** O direito à comunicação caracteriza nossa humanidade e nossa vocação de viver em comunidade. Mulheres e homens sempre buscaram formas de se informar de maneira livre e independente, quaisquer que sejam as situações de dominação histórica que os grupos hegemônicos exerceram sobre os meios de informação da sociedade.
- 2. Democratizar a informação e a comunicação é uma condição fundamental para a participação e o exercício da democracia.** A redistribuição

buição da palavra, a comunicação e nossa ação como mídias livres não devem ser limitadas a questões técnicas ou instrumentais. Fundamentais para nossos movimentos assim como para o conjunto com a sociedade, elas são antes de tudo uma questão política.

3. A informação e a comunicação são essenciais para as mobilizações e lutas em defesa dos direitos humanos.

4. A informação e os canais de comunicação são bens comuns. Seu uso e gestão devem estar baseados na busca do interesse público e da pluralidade, tendo como prioridade o incentivo à participação popular. Isso requer o abandono dos modelos construídos a partir da ideologia de mercado e o reconhecimento de novos setores da comunicação, além dos setores privado e estatal.

Assumimos plenamente nosso papel de mídias livres afirmando nossas particularidades e responsabilidades

A ação das mídias livres se baseia na busca pela independência frente ao controle exercido pelo Estado, pelos poderes econômicos, políticos, ideológicos, religiosos e pelos grandes grupos de comunicação. Nós nos diferenciamos das lógicas do lucro e do mercado que caracterizam a mídia hegemônica.

Queremos ser solidários/as às transformações sociais, econômicas, ecológicas, democráticas em curso nas diferentes regiões do mundo. Nossas lutas constituem um aporte essencial para os direitos humanos e as lutas contra a colonização, as invasões, o patriarcado, o sexismo, o racismo, contra o neoliberalismo e todas as formas de opressão e fundamentalismo. Nós nos mobilizamos contra as manifestações de violência na internet e em outras mídias, sobretudo contra as violências de gênero e contra as minorias sexuais.

Nossas formas de comunicação privilegiam a valorização da diversidade de expressões e de compreensões do mundo, a tolerância, a pluralidade de vozes e a distribuição de poder.

Promovemos a participação social, a cooperação e o compartilhamento de informação em diferentes mídias e por diferentes produtores/as de conteúdo.

Lutamos contra todos os discursos de ódio, intolerância e violência.

Destacamos outras formas de viver, outras representações do mundo e incentivamos novas formas de participação e engajamento político. As mídias livres visam a formar mulheres e homens para o uso e a leitura crítica dos meios, numa perspectiva de educação popular.

Assumimos o dever de contribuir para o equilíbrio dos fluxos de informação entre todos os países, e dentro de cada país em si, criando espaços públicos democráticos que encarnem uma ética da informação respeitosa da vida privada.

Nós sabemos como é importante respeitar as culturas, as memórias, as histórias e as identidades dos povos. Nossa ação permite que a sociedade ouça os interesses, as vozes e as ações dos povos indígenas, das minorias discriminadas e dos grupos sociais oprimidos em função de sua religião, identidade, orientação sexual, classe, deficiência, raça, etnia ou idioma.

Os conteúdos que veiculamos valorizam a diversidade de imaginários, de identidades e expressões culturais, em oposição ao reforço dos padrões de beleza e comportamentos impostos aos povos. Não damos espaço a nenhuma forma de discriminação ou de opressão de gênero ou de qualquer minoria no mundo.

Num contexto de convergência, nossas mídias livres trabalham pela soberania tecnológica. Elas rejeitam a mercantilização das identidades digitais e promovem a partilha de conhecimento através do uso de licenças livres e padrões abertos.

Nós reivindicamos uma transformação dos sistemas de comunicação e nos engajamos

Nossos eixos estratégicos e nossas prioridades são as seguintes:

- **Afirmar o direito à comunicação** como um direito fundamental.
- **Defender a Internet** como um bem comum.

- **Desenvolver marcos regulatórios democráticos para a comunicação**, por meio da criação de órgãos/agências independentes, visando combater sobretudo a concentração dos meios.
 - Apoiar e incentivar o desenvolvimento de meios comunitários, a partir da reserva de espectro e atribuição de frequências para os setores sociais.
 - **Reforçar a independência dos serviços públicos de comunicação** (mídias públicas) frente aos governos e mercados.
 - **Incentivar a utilização de idiomas e dialetos nos diversos espaços de expressão midiática**, dando atenção particular às línguas minoritárias.
 - **Reivindicar a implementação de políticas públicas** que visem fortalecer as mídias livres, sua qualidade e sustentabilidade.
 - **Combater o monopólio das infraestruturas de Internet**, a guarda de dados pelas corporações e a vigilância do ciberespaço.
 - **Desenvolver uma governança democrática da Internet**, garantindo a neutralidade de rede, o direito à privacidade e à liberdade de expressão nas redes.
 - **Facilitar o acesso às tecnologias livres e abertas.**
 - **Universalizar o acesso aos meios de comunicação e à Internet banda larga.**
 - **Lutar contra a criminalização de militantes e organizações** que desenvolvem mídias livres.
 - **Proteger jornalistas e todos os atores da comunicação que sofrem violência, perseguições ou exploração.**
 - **Mobilizar e criar laços entre as diferentes mídias e os movimentos sociais**, especialmente no processo do Fórum Social Mundial.
 - **Fazemos um apelo à mobilização e articulação de ações relacionadas a esta Carta**
 - **Utilizar a Carta para construir reivindicações** em favor das mídias livres, em nível nacional, regional e internacional.
 - **Compreender a Carta como um instrumento pedagógico e de aprendizagem**, organizando debates e fóruns de discussão sobre as mídias e a Internet livres.
 - **Construir parcerias com outros setores sociais e atores internacionais** para a promoção e a defesa dos princípios enunciados acima.
 - **Realizar uma cartografia de mídias livres**, que fomente diferentes iniciativas de compartilhamento de informações e experiências, com base no princípio da livre participação e no respeito ao direito de anonimato.
 - **Esmiuçar a Carta para gerar instrumentos, ferramentas ou mecanismos** em nível temático ou regional.
 - **Promover os princípios da Carta nas mídias livres em cada região do mundo** e no âmbito de eventos internacionais intergovernamentais ou promovidos pela sociedade civil.
- Nós, mídias livres, temos consciência de nossa força e do papel crucial que temos a desempenhar e nos comprometemos, aqui e agora, com a luta pelos princípios e compromissos estabelecidos acima, até que eles se tornem realidade.

Declaração da Assembleia dos Movimentos Sociais

Fórum Social Mundial 2015 - Tunísia, 27 de março
Os povos unidos jamais serão vencidos!

Nós nos reunimos na Assembleia dos Movimentos Sociais durante o Fórum Social Mundial 2015 em Túnis, levando em conta toda a nossa diversidade, para construir uma agenda comum de lutas contra o capitalismo, o imperialismo, o patriarcado, o racismo e todas as formas de discriminação e opressão.

Nós construímos uma história e um trabalho comum que permitiu avanços com a esperança de conseguir vencer o sistema dominante e concretizar diversas alternativas para um desenvolvimento socialmente justo e respeitoso com a natureza.

Os povos de todo o mundo sofrem atualmente com o agravamento de uma crise profunda do capitalismo na qual empresas privadas transnacionais, os bancos, os conglomerados midiáticos, as instituições financeiras internacionais buscam potencializar seus lucros às custas de uma política intervencionista e neocolonialista, que conta com a cumplicidade dos governos liberais.

Guerras, ocupações militares, tratados neoliberais de livre-comércio (Transatlântico, Transpacífico, ALECA, EU-MERCOSUL, APE, MERCOSUL-Israel e diversos tratados bilaterais) e políticas de austeridade se traduzem em pacotes econômicos que privatizam os bens comuns e os serviços públicos, baixando os salários, violando os direitos, aumentando o desemprego, a precarização e a sobrecarga das Mulheres no trabalho de cuidados e a destruição da natureza.

Essas políticas neoliberais afetam intensamente tanto os países Sul com os países do Norte, aumentando as migrações, os deslocamentos forçados, os desabrigados, o endividamento e as desigualdades sociais. Essas políticas reforçam o conservadorismo e o controle sobre o corpo e a vida das mulheres, além de nos impor a "economia verde" como uma falsa solução para a crise ambiental e alimentar que não só agrava

o problema, mas resulta na mercantilização, na privatização e na financeirização da vida e da natureza.

Nós afirmamos que os povos não são responsáveis por essa crise e, portanto, não devem pagar pelas consequências dela. Não há saída possível dentro do sistema capitalista. Aqui, na Tunísia, nós reafirmamos o nosso engajamento pela construção de uma estratégia comum de luta contra o capitalismo. É por isso que nós, os movimentos sociais, lutamos:

- **Contra as transnacionais e o sistema financeiro (FMI, Banco Mundial e OMC).** Principais agentes do sistema capitalista que privatiza a vida, os serviços públicos e os bens comuns, como a água, o ar, a terra, as sementes, os recursos minerais, promovendo guerras, violando os Direitos Humanos e pilhando os recursos. As transnacionais reproduzem as práticas extrativistas prejudiciais à vida, monopolizam as terras e desenvolvem sementes e alimentos transgênicos que privam as pessoas de seu direito à alimentação e destroem a biodiversidade. Nós lutamos pela anulação da dívida ilegítima e odiosa que hoje é um instrumento global de dominação, de repressão e de asfixia econômica e financeira das pessoas. Nós rejeitamos os acordos de livre-comércio que são impostos a nós pelos Estados e as transnacionais. Nós afirmamos que é possível construir uma integração de outro tipo, para os povos e pelos os povos, baseado na solidariedade e na liberdade de circulação para todos os seres humanos.
- **Apoiamos o chamado para um dia internacional de ação contra os acordos de livre comércio agendadas para o dia 18 de abril de 2015.**
- **Pela justiça climática e a soberania alimentar,** porque nós sabemos que o aquecimento global é um resultado do sistema capitalista de produção, distribuição e consumo. As transnacio-

nais, as instituições financeiras internacionais e os governos que estão aos serviços deles não querem reduzir as emissões de gases do efeito estufa. **Nós denunciaremos a “economia verde” e rejeitamos as falsas soluções para a crise climática como os biocombustíveis, organismos geneticamente modificados, a geoengenharia, e os mecanismos de mercado de carbono como o RESS (Redução de Emissões ligadas ao Desflorestamento e à Degradação) que seduz as populações empobrecidas com falsas promessas de progresso enquanto as privatizações e a mercantilização das florestas e territórios onde essas populações têm vivido por milhares de anos. Nós defendemos a soberania alimentar e a agricultura camponesa que são as soluções reais para as crises alimentar e climática e significam, também, o acesso à terra para aqueles que nela trabalham.**

Nós chamamos uma grande mobilização sobre o clima no mês de Dezembro de 2015 em Paris concomitantemente à COP 21. Vamos fazer de 2015 o ano de mobilização dos movimentos sociais pelo mundo todo em favor da justiça climática.

- **Contra a violência contra as mulheres** que acontecem regularmente em territórios ocupados militarmente, mas também a violência que as mulheres sofrem quando são criminalizadas por participarem de lutas sociais. **Nós lutamos contra a violência doméstica e sexual que é exercida contra as mulheres quando elas são consideradas como objetos ou mercadorias, quanto** a soberania sobre seus corpos e sua espiritualidade não são reconhecidas. Lutamos contra o tráfico de mulheres, meninas e meninos.

Nós defendemos a diversidade sexual, o direito à auto-determinação de gênero, e nós lutamos contra a homofobia e a violência sexista.

Nós chamamos apoio para as ações da 4ª Marcha Mundial das Mulheres entre Março e Outubro de 2015.

- **Pela paz e contra a guerra, o colonialismo, as ocupações e a militarização dos nossos ter-**

ritórios. Nós denunciaremos o discurso falso de defesa dos Direitos Humanos e o combate aos fundamentalismos, que são muitas vezes utilizados para justificar as intervenções militares. Nós defendemos o direito à soberania e a autodeterminação dos povos. Nós denunciaremos a instalação de bases militares estrangeiras para fomentar os conflitos, controlar e pilhar os recursos naturais e a promoção das ditaduras em diversas partes do mundo.

Nós exigimos ações de reparação para todas as pessoas do mundo que são vítimas do colonialismo.

- **Pela democratização das mídias de massa e a construção de mídias alternativas,** que são fundamentais para derrubar a lógica capitalista.
- **Pela resistência e solidariedade.** Nós lutamos pela liberdade de nos organizarmos em sindicatos. Em movimentos sociais, em associações e todas as outras formas de resistência pacífica. Nós denunciaremos a intensificação da repressão contra os povos rebeldes, as detenções, prisões e assassinatos de ativistas, estudantes e jornalistas, assim como a criminalização de todas as nossas lutas.

Inspirados pela história de nossas lutas e pela força renovadora das pessoas nas ruas, **a Assembleia dos movimentos sociais chama todos e todas a desenvolver ações de mobilização coordenadas em todo o mundo durante uma semana global de lutas contra o capitalismo de 17 a 25 de Outubro de 2015.**

Movimentos sociais do mundo inteiro, avancemos em direção a uma unidade global para derrotar o sistema capitalista!

Reforçamos nossa solidariedade com os povos de todo o mundo que lutam todo o dia contra o imperialismo, o colonialismo, a exploração, o patriarcado, o racismo, a injustiça na Tunísia, na Palestina, no Curdistão, na Síria, no Iraque, na Líbia, na Grécia, na Espanha, em Burkina Faso, no Mali, na República Democrática do Congo, na república Centro-Africana, no Saara Ocidental...

Viva a luta de todos os povos!

O povo unido jamais será vencido!

Declaração de convergência global dos movimentos em luta por terra e água

Direitos à água e à terra, uma luta comum

De Dakar a Tunis: Declaração da convergência global das lutas de Terra e da Água

(Túnis, 28 de março de 2015)

Nós, movimentos sociais, organizações de base e organizações da sociedade civil que se dedicam à defesa dos direitos à terra e à água, se reuniram em outubro de 2014, em Dakar, no Fórum Social Africano. Estamos lutando e protestando contra a exploração de recursos naturais, especialmente a água e a grilagem e apropriação de bens comuns, e contra as violações sistemáticas dos direitos humanos associados. O Compartilhamento de nossas ideias levaram ao reconhecimento da ligação essencial entre nossas lutas, dada a inextricável exploração da terra e da água. Nós nos encontramos novamente no Fórum Social Mundial em Tunis no mês de março de 2015 para continuar este diálogo com os movimentos e organizações de todo o mundo, a fim de ampliar essa convergência.

Até o momento, mais de 200 milhões de hectares de terra foram apropriados globalmente por empresas privadas, governos, elites e especuladores, muitas vezes com o apoio do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o G8 e outras instituições e consórcios. A apropriação dos bens comuns por essa minoria leva à concentração, despejos forçados e da opressão dos povos. Isso é implementado em nome da proteção do meio-ambiente, prevenção das mudanças climáticas, a produção de “energia limpa”, mega-projetos de infraestrutura e/ou assim chamados de desenvolvimento, normalmente promovidos por Parcerias Público-Privadas como a *New Alliance for Food Security and Nutrition in Africa*. Áreas e territórios inteiros são expropriados e populações locais expulsas, enquanto a perda de identidade e de ecossistemas torna a vida impossível! Comunidades cujos direitos e dignidade foram abusadas encontram-se com as famílias

divididas, ou são obrigadas a tornar-se refugiados, obrigadas a migrar, perdem os seus direitos, e são em situação de pobreza e fome. Estima-se que 3.000 pessoas morrem a cada dia devido à falta de água. O acesso e gestão de espaços de vida em comunidade são destruídos por militares e grupos armados, que perpetuam a guerra e ocupações, Autoridades Estatais criminosas, apoiadas por elites econômicas, financeiras e políticas. Isso prejudica os sistemas alimentares locais e muitos produtores locais, que alimentam a maioria da população do mundo. Quando as pessoas resistem, elas são criminalizadas, presas e mortas.

Os enormes lucros das elites são, portanto, construídos sobre a violação sistemática dos direitos humanos da maioria dos camponeses, assentamento informal e moradores de favelas, pescadores, pastores, povos indígenas e comunidades, nômades, trabalhadores rurais e urbanos e os consumidores, especialmente os jovens e mulheres, que são despojados de suas terras e meios de subsistência por meio de violência, intimidação e tortura. Apropriação de terras sempre caminha lado a lado com a apropriação da água, e assume diferentes formas: casos de uso insustentável da água na agricultura, através da privatização e da gestão dos serviços públicos de água (que roubam este recurso vital daqueles que são incapazes de pagar por isso), contaminação de aquíferos causados pela mineração não regulamentada, a mudança do curso dos rios e cursos de água pela construção de barragens e o consequente despejo das comunidades locais, a militarização do acesso a pontos de água, a desapropriação de pastores e comunidades de pescadores de seus meios de subsistência através de práticas como a extração de areia do litoral.

A criminalização dos ativistas que lutam pela defesa dos Commons tornou-se generalizada, ainda que escondido pelas autoridades. Terra e recursos hídricos estão cada vez mais escassos, e, portanto, fundamental para a segurança das sociedades e da soberania dos Estados. No entanto, a escassez subjacente da água, terra e as crises alimentares não é um dado; é uma construção política, geo-estratégica e financeira.

Em resposta a essas ameaças à nossa vida e bem-estar, estamos respondendo ao afirmar os nossos direitos e promovendo soluções reais. Acreditamos que o acesso dos povos e controle da terra e da água é essencial para a paz, para parar as alterações climáticas, bem como para o cumprimento dos direitos humanos fundamentais e garantir uma vida digna para todos. Distribuição igualitária da terra e da água, e da igualdade de gênero são fundamentais para a nossa visão de soberania alimentar, com base na agroecologia (conforme descrito na Declaração do Fórum Internacional de Agroecologia em Nyéléni, em fevereiro de 2015), nos sistemas alimentares locais, na biodiversidade, no controle da nossas sementes, e no respeito pelos ciclos naturais de água. Esta visão se aplica a populações rurais, urbanas e peri-urbanas e inclui a produção a relação respeitadas entre produtor-consumidor de solidariedade e cooperação mútua.

A nossa solidariedade, base a da em nosso compromisso como ativistas, é construído sobre os seguintes princípios e convicções que unificam nossas lutas:

- Que os direitos humanos à água, alimentos e terra são fundamentais e cruciais para a vida. Todas as pessoas, homens, mulheres, adultos, crianças, ricos, pobres, moradores rurais e urbanas, têm direito a eles.
- Que a água e terra não são apenas recursos naturais vitais, mas também fazem parte do nosso patrimônio comum, cuja segurança e governança deve ser preservada por cada comunidade para o bem comum da nossa sociedade e do meio ambiente, e agora para as gerações futuras.

- Água, terra e sementes são Bens Comuns, e não commodities.
- Reconhecemos que os Estados tem o mandato legal e constitucional para representar os interesses das pessoas. Estados têm, portanto, o dever de se opor a qualquer política e tratado internacional que mina os direitos humanos e sua própria soberania, como os regimes de resolução de litígios entre investidores e Estados como incluídos na Parceria Transatlântica de Comércio e na maioria dos tratados de desenvolvimento.
- Políticas de gestão da água da Terra devem promover a realização da justiça social, a igualdade de gênero, saúde pública e justiça ambiental.
- Tomamos uma posição firme contra a ocupação estrangeira e dominação em todas as suas formas.

Por isso, em conjunto com organizações da sociedade civil de todo o mundo, nós firmamos o compromisso de:

- Sensibilizar, educar e organizar as comunidades em áreas rurais e urbanas, a fim de construir um movimento forte e unido lutando para o reconhecimento e realização de nossos direitos humanos à alimentação, água e terra e territórios.
- Sempre defendemos o direito dos cidadãos e das comunidades ao consentimento livre, prévio e informado e plena participação na governança dos recursos naturais em instituições jurídicas dos cidadãos.
- Criar sinergias entre os atores da sociedade civil em todo círculos lutando contra a pilhagem e apropriação de terras e água a fim de construir plataformas nacionais e regionais que apoiam a construção de uma convergência internacional de terra e água lutas.
- Recuperar nossas terras, águas e as sementes; recuperar os espaços políticos legítimos que nós, como detentores de direitos lutaram, como o Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional; e se opor a cooptação de nossa linguagem de uma forma que falsamente suporta

soluções como “agricultura adaptável as condições climáticas”.

- Expressamos nossa solidariedade e apoio aos defensores dos direitos humanos e aqueles que resistem a mercantilização da terra e da água, especialmente quando eles são criminalizados.
- Nos opomos às políticas nacionais e tratados internacionais que promovem a privatização e mercantilização dos recursos naturais, bem como a apropriação e mercantilização da terra e da água, tarifas por consumo, reajustes tarifários automáticos e os Acordos de Parceria Econômica (APE) entre a UE e os países ACP para ambos os produtos e serviços.
- Denunciar os sistemas de ranking ‘business’ de compensação climática e de biodiversidade do Banco Mundial elaborados exclusivamente para suportar a especulação e fomentar a apropriação e mercantilização das terras, negligenciando completamente os direitos humanos e as normas sociais e ambientais.

Nós convocamos as organizações governamentais internacionais, os Estados e as autoridades locais:

- Reconhecer a indivisibilidade dos direitos humanos e as suas obrigações internacionais para a sua realização, especialmente para grupos vulneráveis e marginalizados, mulheres e jovens. Eles devem aplicar sistematicamente a abordagem dos direitos humanos, acabar com as violações e prevenir e reprimir as violações dos direitos humanos.
- Implementar políticas adequadas de reforma agrária, reforma agrária, genuína restituição de terras, a redistribuição equitativa e gestão sustentável da terra, água e outros recursos naturais.
- Adotar políticas coerentes, incluindo em matéria de desenvolvimento que beneficiem o empoderamento das comunidades, em vez de interesses econômicos e geopolíticos.
- Respeitar, proteger e realizar o direito humano à água e ao saneamento que foi reconhecido e explicitado pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 69/2010, e adotar os marcos

regulatórios constitucionais e legislativos que garantam a todos a disponibilidade e acessibilidade à água e saneamento, bem como a aplicação judicial e efetiva do direito humano à água.

- Reconhecer, respeitar e proteger os direitos consuetudinários coletivos que regulam o acesso, segurança e governança da terra e da água, os nossos Bens Comuns, assegurando e reforçando os direitos das mulheres.
- Defender rigorosamente as suas obrigações de não reconhecer situações ilegais, inclusive e especialmente atos proibitivos pelos poderes atuais, e não cooperar ou transacionar com qualquer das partes que se dedicam a/ou beneficiar de situações ilegais.
- Garantir consentimento livre, prévio e informado dos povos e participação plena quando são tomadas decisões sobre a gestão de terras, água e outros recursos naturais. E não apenas nos ouvir, mas atender as nossas demandas, incluindo o nosso direito de dizer não à mercantilização e apropriação da terra e água.
- Implementar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
- Explicitamente endossar a promoção dos direitos humanos, incluindo os direitos humanos à água, alimentos e terras, como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do pós-2015 Agenda da ONU.
- Implementar as diretrizes CFS / FAO sobre a governança responsável da posse da terra, das Pescas e Florestas, e as Diretrizes da FAO para Proteger pequenos e sustentáveis pescadores imediatamente e com a nossa participação plena como titulares de direitos; e promulgar leis nacionais que fazem suas disposições que defendem os direitos dos povos totalmente judiciáveis.
- Suportar e adotar a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais como está sendo atualmente desenvolvidos no Conselho de Direitos Humanos.

- Adotar e aplicar um tratado vinculativo para prevenir e reprimir crimes cometidos por empresas transnacionais e outras empresas de negócios.
- Adotar as medidas e instrumentos de direito internacional aplicáveis, designadamente no âmbito do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) das Nações Unidas, a fim de fortalecer efetivamente o direito humano à água e ao saneamento, e para esclarecer e especificar o seu conteúdo e as obrigações dos Estados, e para evitar qualquer forma de água seja apropriada ou mercantilizada.

Conclamamos a sociedade civil, movimentos sociais, organizações populares, sindicatos de trabalhadores e ONGs do mundo para entrar nesta discussão, para fortalecer essa declaração e apoiar as suas reivindicações por todos os meios disponíveis. Precisamos promover a solidariedade de nossas lutas, incluindo a luta por nossos di-

reitos aos recursos essenciais necessários para a vida, nós precisamos fazer a voz da sociedade civil ouvido nas negociações para a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda Pós-2015 da ONU, na aplicação das diretrizes internacionais e regionais sobre terras e recursos naturais, e da COP 2015, a fim de parar as mudanças climáticas.

À medida que continuamos a construir essa convergência, nós reconhecemos e apreciamos a nossa diversidade, acolhendo diversas iniciativas que estão surgindo e que vamos debater e discutir. Para isso, assumimos o compromisso de disseminar amplamente esta presente declaração. Vamos levá-la para os nossos territórios e comunidades, a fim de envolvê-los ainda mais no processo de moldar essa convergência.

Água e terra: mesma dificuldade mesma luta!
Túnis, 28 de Março de 2015

Fórum Parlamentar Mundial

Moção sobre a Dívida

O Fórum Parlamentar Mundial (FPM), reunido em Túnis durante o Fórum Social Mundial 2015, declara que a questão da dívida é utilizada como uma ferramenta de dominação dos povos pelas forças do capital. Os problemas atuais que a transição democrática na Tunísia está enfrentando devido à dívida é uma prova concreta disso.

Apoia-se os pedidos de criação de comitês de auditoria da dívida com participação cidadã, em especial de mulheres, a exemplo do processo que se iniciou no Parlamento grego e deve acontecer também em outros países.

O Fórum Parlamentar Mundial solicita a avaliação da dívida dos países colonizados referente a esse período e o rápido reenvio dos ativos de ditadores depositados em bancos do Norte e outros.

O Fórum Parlamentar Mundial apoia o pedido das Nações Unidas pela anulação das dívidas dos países afetados pelo vírus Ebola.

O Fórum Parlamentar Mundial rejeita a aplicação de políticas de austeridade que prejudicam as pessoas e afetam sobretudo o emprego dos/as jovens e faz as mulheres ainda mais vulneráveis.

Moção sobre as empresas transnacionais e as violações dos Direitos Humanos

O Fórum Parlamentar Mundial, reunido em Túnis durante o Fórum Social Mundial 2015, condena o poder abusivo de que dispõem as empresas transnacionais, que aumenta em virtude de acordos de livre comércio tais como APE, ALECA, TISA, TTIP e TPP, e protesta contra a impunidade de que essas empresas desfrutam a despeito de violarem os Direitos Humanos, destruindo o meio ambiente ou sonegando impostos.

O Fórum Parlamentar Mundial:

- Congratula a decisão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) de criar um grupo de trabalho sobre

empresas transnacionais e Direitos Humanos, apesar da oposição da União Europeia, dos Estados Unidos e de alguns outros países;

- Convida os parlamentos nacionais e regionais a adotarem as resoluções de apoio a esse grupo de trabalho que terá sua primeira sessão de trabalho em julho de 2015 para iniciar a redação de um tratado vinculativo sobre as multinacionais e os Direitos Humanos;
- Encoraja os parlamentos nacionais e regionais a rejeitarem acordos de livre comércio que servem aos interesses de transnacionais e de grandes investidores internacionais e os acordos bilaterais abusivos de proteção de investimentos que vários governos do mundo começam a rejeitar;
- Acredita que temos de lutar, em especial, contra resoluções de litígio entre investidores e Estados (ISDS), que permitem que investidores e transnacionais escapem das jurisdições comuns, mecanismos de arbitragem especiais, que permitem aos investidores e às transnacionais extorquir enormes somas de recursos dos Estados; bem como dissuadir os poderes públicos a adotarem regras essenciais para o bem-estar dos/as cidadãos/ãs, a preservação dos bens públicos e as salvaguardas ambientais.
- Incentiva os parlamentos nacionais e regionais a responsabilizar as transnacionais em seus países de origem e de forma vinculativa pelas ações delas e de suas filiais no exterior;
- Incentiva a formação de um comitê interparlamentar para apoiar o trabalho dos movimentos sociais pela soberania das pessoas e para desmantelar o poder das empresas transnacionais.

Moção sobre a paz

O Fórum Parlamentar Mundial, reunido em Túnis durante o Fórum Social Mundial 2015, condena o crescimento do terrorismo e explicita sua solidariedade a todas as vítimas, em particular àquelas dos últimos atentados em Túnis.

Ressalta-se que a grande quantidade de atividade terrorista está ligada ao apoio que o imperialismo dá às organizações fundamentalistas tais quais o Estado Islâmico ou a Al-Qaeda, além da política de agressividade e ingerência ocidental contra os países do Oriente Médio, do Magrebe e do Maxerreque.

O Fórum Parlamentar Mundial confirma seu apoio às lutas de liberação em todo o mundo, reafirmando o direito dos povos a autodeterminação, e rejeita toda forma de ocupação e colonialismo.

O Fórum Parlamentar Mundial rejeita todas as medidas que reforçam as capacidades militares e as políticas repressivas de regimes autoritários sob o pretexto de lutar contra o terrorismo.

O Fórum Parlamentar Mundial condena a corrida armamentista e os atos de desestabilização conduzidos pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e seus Estados-membros. O FPM pede o desmantelamento da OTAN.

O Fórum Parlamentar Mundial lembra que as políticas de segurança não devem ameaçar e atacar os direitos e liberdades democráticas dos/as cidadãos/ãs. O FPM apoia a resolução política dos conflitos respeitando o direito internacional e a carta das Nações Unidas.

Moção sobre políticas migratórias

O Fórum Parlamentar Mundial, reunido em Túnis durante o Fórum Social Mundial 2015, denuncia os obstáculos crescentes à liberdade de movimentação das pessoas em todo o mundo.

O Fórum Parlamentar Mundial demanda dos Estados que assumam sua responsabilidade de proteger internacionalmente homens, mulheres e crianças de ameaças por meio de um forte trabalho de engajamento em termos de reassentamento.

O Fórum Parlamentar Mundial pede que os Estados respeitem o princípio internacional de não repulsão. O FPM denuncia a construção de muros por todo o mundo com o fim de evitar os/as migrantes e os/as requerentes de asilo, bem como a externalização de suas fronteiras aos países de terceiro mundo.

O Fórum Parlamentar Mundial demanda o fim da criminalização e da detenção dos/as indocumentados/as e refugiados/as.

O Fórum Parlamentar Mundial demanda que sejam realizados inquéritos sobre a violação dos direitos fundamentais dos/as migrantes em todos os países.

Moção sobre a Renda Básica de Cidadania

A fim de alcançar os objetivos de justiça, a verdadeira liberdade e dignidade para todos e todas, a erradicação da pobreza e a paz, o Fórum Parlamentar Mundial encoraja todas as nações a adotarem uma Renda Básica de Cidadania, independente das condições, que garanta a todas as pessoas, sem distinção de origem, raça, idade ou sexo, as condições socioeconômicas que lhe permitam cumprir as necessidades básicas, tendo em conta o nível de riqueza dos países.

Cronologia e História da Tunísia

1881	Instauração de um protetorado francês na região da Argélia.
12 de maio de 1881	Invasão de tropas francesas no território argelino é seguida pela assinatura do Tratado de Bardo pela autoridade local (Bey) reconhecendo, então, o protetorado francês.
8 de junho de 1883	Acordo de Marsa completa o Tratado de Bardo, formalizando o resgate da dívida pela França. A alteza Bey de Túnis firma o compromisso de realizar reformas administrativas, judiciárias e financeiras que o governo francês julgava como útil.
1907	Nascimento e crescimento do Movimento de Jovens tunisianos de Ali Bach Hamba, influenciado diretamente pelo movimento dos Jovens Turcos. Movimento reformista de intelectuais, cujo slogan era "o progresso, o desenvolvimento da vida e direito político."
1911	Início de uma série de manifestações no mês de novembro em Túnis e nas grandes cidades do país. O movimento de Jovens tunisianos é proibido e é declarado estado de emergência. Este período marca a transformação gradual de intelectuais militantes agindo através de movimentos de rua.
1914 - 1918	1ª Guerra Mundial - Mobilização de jovens recrutas tunisianos para o front de batalha na França.
1920	Fundação do partido Destour (partido liberal-constitucional) que reivindicava um retorno à constituição de 1861, anterior ao protetorado. Publicação do primeiro manifesto pedindo "a emancipação do povo tunisiano dos laços de escravidão".
1934	Devido a uma cisão ideológica dentro do partido Destour, Habib Bourguiba funda o Novo-Destour no dia 2 de março. Esse novo partido se declara de uma vertente mais modernista e secular, se inspirando nas primeiras estruturas políticas socialistas e comunistas europeias.
Abril de 1938	O Novo-Destour mobiliza uma greve geral no dia 08 de abril que contou com 10.000 pessoas. Depois disso, seguiram-se diversos dias de confronto que culminaram em 22 mortes e 150 feridos. No dia 12 de abril o Novo-Destour é dissolvido e seus comitês fechados, os dirigentes do partido são levados à corte militar por conspiração contra a segurança do Estado.
1943 - 1944	Durante a 2ª Guerra Mundial, a Alemanha domina o território da Tunísia. 1945 Habib Bourguiba vai ao Egito para preparar uma luta anti-colonial e retorna à Tunísia em 1949.
20 de janeiro de 1946	Fundação da União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT) apoiando o Novo-Destour. Farhat Hached foi escolhido como Secretário Geral do Sindicato.
1952	Os principais dirigentes comunistas e neo-destouristas são presos no dia 18 de janeiro e inicia-se, então, uma luta armada contra o protetorado.
5 de dezembro de 1952	Farhat Hached, o principal símbolo do movimento de luta nacional, é assassinado. Posteriormente, é relevado que sua morte foi planejada pelo Serviço de Documentação externa e contra-espionagem francês (SDECE). A Mão Vermelha, suspeito de ser o braço armado dos serviços franceses, desempenhou um papel importante neste caso.
1954	Em um discurso na cidade de Cartago em 31 de julho, Pierre Mendès France (Presidente do Conselho de Ministros, de junho de 1954 até fevereiro de 1955) anunciou a concessão de autonomia interna para a Tunísia com a formação de um governo interino.
3 de setembro de 1954	É anulada a decisão de dissolução do partido Neo-desrouiano.
1º de junho de 1955	Habib Bourguiba retorna para a cidade de Túnis depois de 3 anos na prisão.
20 de março de 1956	Proclamação oficial da independência da Tunísia. Revogação do Tratado de Bardo e do Acordo de Marsa.

Abril - agosto de 1956	Bourguiba forma um governo e adota, em 13 de agosto, o Código do Estatuto Pessoal que estabelece a igualdade jurídica entre homens e mulheres.
27 de julho de 1957	Abolição da Monarquia e proclamação da República da Tunísia. Habib Bourguiba é eleito Presidente da República.
1959	Promulgação da nova Constituição em 1º de junho, instaurando um regime presidencial. Em 17 de junho, a França assina um acordo garantindo a retirada de suas tropas do território tunisiano, com exceção da base naval de Bizerte.
1961	“Crise de Bizerte”: Violentos confrontos em julho entre as forças armadas francesas e a população ao redor da base resultam entre 600 e 2000 mortos tunisianos. Um cessar-fogo é assinado e a França evacua a base naval em 15 de outubro.
12 de agosto de 1963	Salah Ben Youssef, principal líder de oposição a Bourguiba, é assassinado em Frankfurt na Alemanha.
1973	Legalização do Direito ao Aborto. A Tunísia é o único país do Magrebe que autoriza o aborto.
1964 - 1975	Governo de Bourguiba, que foi reeleito em novembro de 1964 até novembro de 1974. Nacionalização das terras e implementação de uma economia planificada até 1969, ano em que marca o fim da experiência socialista. O Partido Comunista Tunisiano é considerado ilegal e a constituição é modificada em 18 de março de 1975 que condecorou Bourguiba como presidente vitalício.
26 de janeiro de 1978	Protestos em Tunis, seguidos de uma greve geral convocada pela UGTT resultam em cerca de 200 mortos. É declarado Estado de Emergência.
1981	Criação do Movimento Tendência Islâmica (MTI) e o Partido Comunista recebe autorização para exercer novamente suas atividades.
1983 - 1984	Muitos protestos acontecem por todo o país devido à duplicação do preço dos pães e cereais, resultando em cerca de 70 mortos.
2 de outubro de 1987	Zine-el-Abidin Ben Ali é nomeado primeiro ministro.
7 de novembro de 1987	Golpe de Estado planejado por Ben Ali derrubou o presidente Bourguiba, considerado incapaz de continuar suas funções presidenciais pelo seu estado de saúde.
1989	Regime de Ben Ali continua por reeleições consecutivas até o início de 2011, pelo Partido da Reunião Constitucional Democrática (RCD).
5 de janeiro de 2008	Início da crise da área de mineração da região de Gafsa: convulsão social sem precedentes no governo de Ben Ali. A crise ocorreu após um concurso de recrutamento considerado discriminatório realizado por uma empresa produtora de fosfatos. A Empresa foi submetida ao “programa de ajustamento estrutural” imposta pelas instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) e a região e sua população se viram gradualmente marginalizados e empobrecidos. O movimento persistiu por mais de cinco meses, mas não conseguiu se espalhar além da área da região de Gafsa, principalmente devido à repressão imposta por Ben Ali.
17 de dezembro de 2010	Primeiras ondas de protestos populares e o início da “Revolução de Jasmin” ou “Revolução da Dignidade”. O movimento foi desencadeado pela imolação de um jovem tunisiano, verdureiro, de 26 anos que teve seus bens confiscados mais de uma vez pela polícia por não ter dinheiro suficiente para subornar as autoridades.
14 de janeiro de 2011	O presidente Ben Ali renuncia ao poder depois de impasses políticos e fortes manifestações durante 3 semanas no país.

14 de janeiro até 23 de outubro de 2011	Fase de transição com a constituição de um governo de alianças nacionais com a oposição: <ul style="list-style-type: none"> • Autorização pelo Senado tunisiano para estabelecer o presidente interino Fouad Mebazaa que governou por decreto; • Criação de uma instância superior e independente para as eleições (ISIE) pelo decreto-lei nº 27 de 18 de abril de 2011: essa instância é encarregada de preparar e realizar as eleições com o objetivo de assegurar um bom funcionamento até a proclamação dos resultados. • Regulamentação sobre a próxima Assembleia Nacional constituinte, por decreto-lei • Adoção do decreto-lei nº 88 de 25 de setembro de 2011 que garantiu a liberdade de associação
23 de outubro de 2011	Primeira eleição livre e transparente: composição da Assembleia Constituinte encarregada de redigir uma nova Constituição (sistema de lista proporcional, em turno único).
14 de novembro de 2011	Foi anunciado o resultado oficial das eleições pelo presidente do ISIE : taxa de participação de 52% e vitória do partido religioso Ennahda com 41,47% das cadeiras.
13 de dezembro de 2011	Moncef Marzouki, ex-presidente da Liga tunisiana de Direitos Humanos e do Congresso pela república se torna presidente da república.
14 de dezembro de 2011	O número 2 do Partido Islamista Ennahda , Hamadi Jebali, é nomeado Primeiro Ministro.
11-12 de junho de 2012	Onda de violência no noroeste do país, seguida da exposição artística «Primavera da Arte » na cidade de Marsa. As obras foram consideradas blasfemas por grupos "salafistas": Instauração de um toque de recolher em Túnis e em outras 4 regiões do país.
13 de junho de 2012	Ben Ali condenado à prisão perpétua por cumplicidade em assassinatos.
6 de fevereiro de 2013	O líder de oposição da esquerda secular Chokri Belaïd é assassinado - outra onda de violência no país.
Fim de fevereiro de 2013	Hamadi Jebali é demitido como primeiro ministro e Ali Larayedh é nominado como primeiro ministro que governou até a promulgação da nova constituição.
26-30 de março de 2013	Realização do Fórum Social Mundial em Túnis, no Campus da Universidade de Túnis - El Manar.
25 de julho de 2013	Assassinato do opositor de esquerda Mohamed Brahmi. A UGTT anunciou uma greve geral após o assassinato e se iniciam manifestações anti- Ennahda. Essa movimentação mobiliza uma parte da população, mas também mobilizaram manifestações de apoio ao partido islâmico.
5 de outubro de 2013	Perante a multiplicação das manifestações contra o governo, Ennahda se compromete a deixar o cargo até o fim do mês de outubro.
Dezembro de 2013	Foi alcançado um primeiro acordo entre o Partido Islamista Ennahda e o partido de oposição com o objetivo de eleger um novo Primeiro Ministro para o governo interino. Mahdi Jemaa foi escolhido por consenso (ex-ministro da indústria do antigo governo). Mahdi Jemaa é um tecnocrata especialista em questões energéticas e com apoio da União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (UTICA) tendo feito carreira na Hutchinson, subsidiária do grupo Total.
26 de janeiro de 2014	Adoção da Constituição pelos deputados da Assembleia Constituinte por uma grande maioria (200 votos). Essa constituição instaura um regime parlamentar misto no qual : <ul style="list-style-type: none"> • O presidente e a Assembleia Legislativa são eleitos por voto univesal e direto para um mandato de 5 anos. • O Islã é reconhecido como religião representativa da Tunísia mas não pode ser uma base para a formulação e aplicação das leis. • Os principais direitos e liberdades fundamentais são garantidos: cidadãos livres e iguais perante à lei; liberdade de opinião, de expressão, de pensamento, de imprensa, liberdade de livre associação de partidos políticos e sindicatos; liberdade de reunião e manifestação pacífica. • Os direitos das mulheres são respeitados: proteção dos bens das mulheres, o princípio da igualdade e da luta contra aviolência contra as mulheres. • Criação de uma corte constitucional que garanta o respeito e a aplicação da Constituição pelos legisladores.

29 de janeiro de 2014	Novo governo formado por Mehdi Jomâa
26 de outubro de 2014	<p>Eleição da primeira “Assembléia de Representantes do Povo”, desde a revolução, que definiu a composição do parlamento. O resultado foi o seguinte :</p> <ul style="list-style-type: none"> • 86 deputados do Nidaa Tounes. O partido é liberal, de coalizão; reúne políticos de esquerda e centro-direita; e defende o Estado Laico, se contrapondo ao seu principal adversário (Ennahda), que é um partido islamita. • 69 deputados do Ennahda. O partido é islamita e governou a Tunísia após a revolução, tendo o seu governo bastante criticado. Apesar de ser o segundo maior partido tunisiano, o Ennahda sofreu uma redução de sua bancada (menos 21 cadeiras), além de ter sido derrotado nas eleições presidenciais. • 16 deputados da União Patriótica Livre. O partido pertence ao magnata Slim Riahi, que possui diversos negócios no país e é conhecido como o “Berlusconi tunisiano”. • 15 deputados da Frente Popular. É o principal partido de esquerda da Tunísia, de base socialista e popular. • 31 deputados de 12 outros partidos, totalizando 217 cadeiras na Assembléia tunisiana.
23 de novembro de 2014	Realização do 1º turno das eleições presidenciais, que resultou em um segundo turno formado por Béji Caïd Essebsi (Nidaa Tounes) e Moncef Marzouki (Ennahda). A eleição foi a primeira democrática, desde 1956.
23 de dezembro de 2014	Béji Caïd Essebsi é eleito presidente , com 55,6% dos votos no segundo turno. Em seu discurso, defendeu o Estado Laico e a superação do autoritarismo característico nos governos anteriores. Essebsi tem 88 anos, foi aliado do governo do ditador Ben Ali, e primeiro-ministro após a “Primavera Árabe”.
02 de fevereiro de 2015	O primeiro-ministro, Habib Esid, anuncia um governo de coalizão, com a participação do partido islamita Ennahda, derrotado nas eleições presidenciais, mas com um terço dos deputados eleitos.
18 de fevereiro de 2015	Um atentado, atribuído a jihadistas, deixa quatro policiais mortos, numa região próxima à fronteira com a Argélia, considerada um reduto de radicais islâmicos.
18 de março de 2015	Um ataque terrorista reivindicado pelo Estado Islâmico mata 24, sendo que 21 turistas, e fere 45 pessoas
24 a 28 de março de 2015	Realização do Fórum Social Mundial pela segunda vez em Túnis, na Universidade El Manar.

Por : Vida Brasil e Abong

Missão Gaza

30 de março a 5 de abril

ALINE BAKER AWAD
ELIANE GONÇALVES
FABIO JOSÉ BOSCO
GABRIEL SILVA HULAND
GLAUCIANA SOUSA
LEONARDO GUIMARÃES VIEIRA
LEONARDO SEVERO
LÚCIA DE FÁTIMA RODRIGUES GONÇALVES

LUIZ ALBERTO JUNQUEIRA DE CARVALHO
MAGNO DE CARVALHO COSTA
MARCELO YVES
MOARA ASSIS ALVES SALZEDAS CRIVELENTE
MOHAMAD EL KADRI
RITA FREIRE
ROGÉRIO BATISTA PANTOJA
SORAYA MISLEH DE MATOS

Revelações de um povo em situação de apartheid

O Fórum Social Mundial (FSM) tem sido fortemente marcado pela solidariedade internacional ao povo palestino, que desde 2006 enfrenta um bloqueio desumano e agressões constantes por parte do Estado de Israel. As informações e imagens que chegaram da Faixa de Gaza durante os 51 dias de massacres, em 2014, chocaram e sensibilizaram os movimentos sociais e levaram as organizações do Conselho Internacional (CI) do FSM a emitir nota conjunta contra os ataques e pelo fim da ocupação.

Com cerca de 1,8 milhões de palestinos/as, Gaza é hoje uma região arrasada pela enorme perda de vidas, destruição de famílias, um grande contingente de desabrigados/as e está drasticamente afetada em sua infraestrutura, capacidade de abastecimento, condições de moradia, atendimento médico, acesso a água, comida e serviços emergenciais. Agravando ainda mais esse quadro, sua população vem sendo, aos poucos, silenciada, com menor cobertura da mídia ou restrição ao acesso às redes sociais, devido a racionamentos de energia, e enfrenta um controle ainda mais rigoroso à sua entrada ou saída. O rareamento de notícias confiáveis sobre as condições de vida em Gaza, que só chegam por meios alternativos, e falta de apoio à sua reconstrução aumentaram a preocupação internacional.

No último FSM, em Túnis, 125 ativistas dos movimentos sociais de Gaza inscritos/as para

o encontro não tiveram permissão para viajar à Tunísia. O propósito disso, de acordo com o pesquisador Ahmad Jaradad, membro do Conselho Internacional do FSM e articulista do Alternative Information Center, é justamente impedir a visibilidade do que se passa em Gaza. “Neste momento, cerca de 400 mil pessoas não têm onde morar e estão sobrevivendo sob as ruínas das suas casas, sob árvores ou nas ruas”, informou.

Difícil caminhada ao inferno da ocupação

A organização de uma Missão Humanitária à Gaza teve início com uma proposta da Frente em Defesa do Povo Palestino, assumida e encaminhada por organizações brasileiras do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, endossada pelas organizações internacionais e aprovada na reunião do CI em Hammamed, Tunísia, em novembro de 2014.

A Missão foi programada para começar imediatamente após a edição do Fórum Social Mundial em Túnis, no final de março de 2015, e a movimentação para viabilizá-la se deu no Brasil. A pedido do Coletivo Brasileiro Rumo a Túnis 2015, que facilitou a participação da delegação brasileira nesta edição do FSM em Túnis, o governo brasileiro buscou apoiar o acesso de uma delegação à Palestina. A Faixa de Gaza tem fronteiras terrestres com Israel e Egito, ambas fechadas. A possibilidade de solicitar entrada por Rafah, do lado egípcio, não foi descartada pela Missão. O Brasil optou pelo contato diplomático com o go-

verno de Israel, que controla os passaportes de quem entra, sai ou circula no País ocupado. Após o FSM, quinze ativistas de entidades ligadas ao evento global e a Frente em Defesa do Povo Palestino seguiram para a Jordânia, que faz fronteira com o outro lado da Palestina, a Cisjordânia, também sob ocupação.

Os problemas que a Missão enfrentou a seguir e os relatos que trouxe das áreas visitadas revelam uma situação de controle e isolamento ainda mais grave do que a imaginada pelo grupo. O primeiro entrave foi a demora para a permissão de entrada em Gaza. Alegando dificuldades com seus feriados de Pessah, que coincidiram com a viagem do grupo, o governo israelense, inicialmente, autorizou apenas a entrada na Cisjordânia, imiscuindo-se no direito do povo palestino de receber visitantes e solidariedade. Na passagem da Jordânia para a Palestina, a missão passou por outra intromissão inaceitável. Os integrantes de sobrenome árabe Soraya Misleh e Mohamed El Kadri foram impedidos de entrar. O motivo alegado foi a segurança de Israel. "A postura foi agressiva mesmo sem nenhuma acusação", disse El Kadri.

O governo brasileiro foi acionado e reagiu com uma nota diplomática, manifestando seu descontentamento. A pedido da delegação, o assunto está nas mãos do Itamaraty. "O Brasil deve tratar os/as cidadãos/ãs israelenses da mesma forma que nos trataram", cobrou El Kadri. O grupo quer a reversão da medida, com a entrada de ambos na próxima etapa, justamente a etapa de Gaza, e vai exigir judicialmente, se preciso, a reciprocidade no controle de entrada de israelenses no Brasil, como determina a diplomacia brasileira. "As autoridades brasileiras não podem aceitar a discriminação contra os/as brasileiros de origem árabe", adverte Fábio Bosco, integrante da Missão, diante da situação xenofóbica enfrentada na fronteira. Possivelmente, foi a primeira vez que o mau humor profissional do serviço de controle israelense foi enfrentado ao som da canção de Chico Buarque de Holanda, outrora dedicada à ditadura brasileira, e entoada pelo

grupo de brasileiros/as enquanto era submetido a uma espera de quatro horas, mesmo sem filas e com funcionários/as de sobra para verificação simples dos passaportes.

A parte do grupo que passou pelo controle deu prosseguimento à Missão nas áreas autorizadas, aguardando, no entanto, a liberação do caminho até Gaza, que não foi dada enquanto a delegação esteve na Cisjordânia. A autorização chegou somente após a volta ao Brasil, e mesmo assim, apenas para metade do grupo, excluindo até a equipe da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A integridade da delegação tornou-se mais uma demanda para a diplomacia brasileira, já que o grupo está determinado a cumprir a próxima etapa e chegar a Gaza.

Prisões dentro da prisão, a Palestina asfixiada

Durante sua estada na Palestina ocupada, a Missão Gaza esteve com autoridades brasileiras e palestinas, comunidades, lideranças como Mustafá Bargouthi, que já foi preso político, e dois jovens que passaram anos na cadeia. Um deles, Ra'ed Zibaar, recebeu a visita dos/as ativistas dois dias após sua libertação. O outro, de cidadania



Missão Gaza: brasileiros de origem árabe barrados na fronteira

brasileira, em greve de fome. O primeiro foi recebido em festa por sua comunidade, em Kobar, um vilarejo próximo a Ramalah. Mas, até sua mãe teme que ele volte à prisão sob qualquer acusação. “Ele não vai deixar de resistir à ocupação”, diz ela, com um misto de medo e orgulho. As informações sobre a situação do segundo preso surpreenderam os/as brasileiros/as. Islam Hasan Jamil Hamed, hoje com 30 anos, está preso desde os 17, com breves intervalos. A primeira vez, por atirar pedras em soldados e depois em detenções administrativas que, pelas regras de Israel, não precisam de explicação. Por fim, foi preso pelo governo palestino e permanece encarcerado mesmo após cumprida a pena. As alegações são ameaças de morte contra ele ou de nova prisão por Israel. A proteção à vida de Islam depende da diplomacia brasileira, já acionada pela delegação e pela família, conseguir trazê-lo para o Brasil.

“Não há outra palavra para descrever a condição do povo palestino, senão apartheid”, disse Ingrid Jaradad Gassner, ao receber a Missão Humanitária do FSM no dia 3 de abril de 2015 e ouvir perguntas sobre a ocupação israelense. Até ocupações têm algum tipo de estatuto internacional, mas o que acontece na Palestina, denuncia ela, é comparável ao apartheid da África do Sul. Coordenadora da campanha BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções contra Israel até que a ocupação acabe), Ingrid discorre sobre a vida em Jerusalém Oriental, asfixiada pelo cerco demográfico estabelecido por Israel. Palestinos/as de fora não podem circular na velha capital sem passar por controle, nem se fixar ali, nem construir além dos 13% das habitações, que já estão todas ocupadas.

Seu depoimento reforçou as palavras da assessora de Comunicação do Departamento de Negócios Estrangeiros da OLP - Organização para a Libertação da Palestina, Lara Habash, que atendeu o grupo pela manhã. Mesmo o casamento entre palestinos/as de Jerusalém com parceiros/as de outras partes da Palestina é inviabilizado pela política habitacional, que não permite expansão, não autoriza reformas e suspende a permissão de residência se o/a morador/a decide formar família em

outra cidade. A casa, explica Lara, não pertence ao/a palestino/a, mas ao controle de Israel.

Para os/as integrantes da Missão Gaza, as histórias relatadas pelas duas pareciam conduzir a um filme de ficção cujo roteiro é o controle sem descanso, um cerco armado e uma guerra de nervos mantida para segregar uma população em sua terra. Ou para convencê-la de que aquela terra não é sua.

Por direito, as crianças palestinas podem estudar por meio de livros árabes distribuídos pela Autoridade Nacional Palestina, como uma garantia de que terão acesso à sua cultura e à visão de mundo de seu povo na escola. Mas, as famílias se deparam com versões manipuladas do material, de modo que as páginas onde está mencionado que Jerusalém é a capital da Palestina são retiradas e as menções à palavra Nakba (como os/as palestinos/as chamam a criação do Estado de Israel, em 1948, considerada uma “catástrofe”), desaparecem. “A história é reescrita à revelia dos palestinos”, diz Ingrid.

Viver na Palestina é um ato de resistência

Uma informação dada por palestinos/as é de que eles/as não podem trabalhar como guias turísticos em Jerusalém Oriental, sua capital. A propaganda turística de Israel apresenta Jerusalém como seu patrimônio. Em seu terceiro dia na Palestina, os/as integrantes da Missão Gaza circularam pela cidade, observando assentamentos tranquilos, onde adultos israelenses passeavam com seus cachorros e crianças, próximos a áreas palestinas onde as casas vão sendo tomadas sob diferentes pretextos.

Do outro lado da rua de um desses condomínios de luxo, a delegação parou para conversar com um velho morador que, sentado ao lado da porta, fazia guarda de sua casa. Ou da metade dela. A outra parte foi tomada a força por colonos armados, que ficaram com metade do imóvel. De tempos em tempos, o velho Nabeel al-Kurd é agredido. Uma vez, os colonos trouxeram cachorros e o morador conta que foi parar no hospital. Dias depois, recebeu um telefonema. “Me

perguntaram se o cachorro estava bem”, conta ele, humilhado, mas decidido a ficar.

Permanecer e resistir é uma espécie de ato de bravura de que os/as palestinos/as têm consciência. “Não preciso que me digam como lutar pela Palestina, eu já estou lutando por viver e permanecer aqui”, disse o taxista Bassam Lahleh, que ajudou a delegação a se locomover nos vários percursos sem transporte público. Alto, magro e de cabelos brancos, ele contou ter se tornado taxista desde a construção do muro, em Jerusalém, que o deixou sem trabalho e proibido de entrar na cidade, mesmo para rezar na Mesquita Al-Aqsa. Ele também não pode dirigir até o Mar Morto, que observa bem de longe, da estrada. São privilégios de israelenses e turistas. Mesmo enfrentando limitações por toda parte - em uma delas a estrada foi bloqueada sem anúncio prévio e os motoristas tiveram de fazer um retorno de quase meia hora para retomar o caminho -, o taxista foi sempre simpático e solícito, como recorda a historiadora Glauciana Souza. “Me impressionou sua generosidade. Mesmo trabalhando 12 horas todos os dias e recebendo por isso o equivalente a 18 dólares por dia, ele parou em uma quitanda de um amigo em Jericó, pegou algumas moedas no porta-luvas do táxi e nos presenteou com tâmaras, fruta sagrada, com votos de benção por pisar na Palestina e se propor a divulgar o sofrimento do seu povo.”

A resistência cotidiana pesa, especialmente sobre as mulheres, como explicou Ruayda Rabag, que integra o Conselho de Brasileiros/as na Palestina, ao receber os/as integrantes da Missão em sua casa, em Kobar: “É a mulher quem leva os filhos para a escola, trabalha, faz as compras, cuida das economias”. E isso é agravado por um altíssimo índice de desemprego entre as mulheres, o que faz com que 60% delas garantam a renda da família a partir de trabalhos informais. “Como muitos homens estão presos, mulher tem que ser pai, mãe, tudo”, afirmou.

Foi o que viveu ali em Kobar, a jovem Neda. Aos 17 anos, quando acabara de tornar-se mãe,

recebeu a notícia de que o marido havia sido preso a caminho de visitá-la no hospital. Ra'ed Zibaar ficou preso por 14 anos. “Eu nem sabia onde buscar ajuda, o que significava precisar da comunidade”, disse ela, ao receber o marido de volta, com o filho adolescente.

A advogada Niven Brahme, ativista pelos direitos das mulheres, vive na área rural do Vale do Jordão e acredita que ali as condições das palestinas sejam ainda piores do que nas cidades porque não há apoio, educação, nem consciência da comunidade quanto à sobrecarga e os problemas psicológicos que elas sofrem. Ela relata que muitas mulheres são obrigadas a reconstruir suas casas. Quando são demolidas, é delas a responsabilidade por abrigar a família, por preparar comida para as crianças e até pelo rebanho. Como não há água, a comunidade foi obrigada a substituir sua agricultura tradicional pela criação de ovelhas. No entanto, o direito das mulheres não é um assunto em uma situação em que toda a comunidade se sente sem direitos. Ainda que os problemas para elas sejam maiores, o sentimento é de que ninguém se importa.

A segregação mantida por cores, avisos e armas

Uma população estigmatizada por todo tipo de sinalização e distribuição seletiva pelos espaços urbanos, habita moradias de fácil identificação. As casas e prédios palestinos são marcados por caixas d'água pretas. Vistas de cima, formam pontilhados pretos sobre os prédios. É fácil saber quais são. Para os/as israelenses, ou não há necessidade de caixas d'água porque o encanamento é direto para as suas torneiras, ou quando precisam delas, as suas caixas são claras.

“No caminho entre Ramallah e o Vale do Jordão é fácil identificar em qual lado da estrada estão as residências palestinas. Basta procurar pelas construções rudimentares, especialmente quando comparadas à sofisticação das colônias israelenses no território ocupado pelos sionistas”, observou o jornalista da CUT - Central Úni-

ca dos Trabalhadores, Luiz Alberto Junqueira de Carvalho. No início de uma estrada que conduz à pequena vila Faysail, no Vale do Jordão, a placa não indica o nome da vila. Sua inscrição diz: “Caminho para uma vila palestina, cuidado, perigo para israelenses”.

A delegação seguiu até lá e encontrou uma comunidade fabricando tijolos de barro e pedra usados na reconstrução de casas e escolas destruídas pelos colonos. De acordo com a organização de palestinos/as Solidariedade ao Vale do Jordão, mais de mil famílias palestinas perderam suas casas na região entre 2011 e 2014.

Como forma de expulsá-los/as, há a proibição de perfurar poços além da água salobra para plantio. Embora vivam ao lado do Rio Jordão, os/as moradores/as pagam caro pela água que bebem, enquanto as fazendas israelenses, do outro lado, são fartamente irrigadas. “Fiquei chocado com o fato de o governo israelense se apropriar da água dos palestinos nativos para redirecionar para os assentamentos e fazendas de colonos judeus importados de outros continentes. E aos palestinos resta comprar a própria água, racionada”, lembra Leonardo Vieira, da CUT.

“A segregação e a construção de uma realidade fragmentada, expropriada, são constantes. Todos os aspectos da vida, do documento de identidade à programação do casamento, do plantio à colheita, passam pelas autoridades israelenses. O cotidiano é ocupado, visivelmente: o muro, as estradas, os postos de controle e a fronteira, até na partida. “Ser “outro” é sempre menos humilhante do que ser palestino”. As impressões de Moara Crivelente, do Cebrapaz - Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz, se confirmam a cada etapa da viagem.

“Há cores para separar algumas gentes de outras gentes”, constatou a jornalista Eliane Gonçalves, da EBC. “Carros de placas amarelas, de Israel, podem ir a qualquer lugar. Placas brancas, palestinas, não. E se não obedecer, vai preso. Identidades azuis, para israelenses, significam passagem livre pelos checkpoints [postos

militares que controlam o movimento da população palestina em Gaza e Cisjordânia]. As verdes, palestinas, significam que a travessia não será fácil. Aliás, os checkpoints são a síntese perfeita da vida em gaiola. Grades por todos os lados, bloqueios, raios-X, detectores de metal e muitas camadas de vidro separando jovens soldadinhos com identidades azuis de pessoas de todas as idades com papelzinho verde. E, claro, se não obedecer, vai preso”, resume.

Após passar por um posto de controle, a jornalista Lúcia Rodrigues, da Ciranda, que também integra a Missão, concluiu que “o checkpoint é uma das coisas mais bizarras que Israel impõe aos palestinos. Para andar dentro de seu próprio país, eles têm que pedir autorização. Cabe aos soldados israelenses decidir se a pessoa passa ou não para o outro lado. A decisão pode levar horas, embaixo de chuva.”

Ainda na madrugada, integrantes da Missão visitaram el-Taibeh, para assistir a travessia dos/as trabalhadores/as palestinos/as contratados por empresas israelenses. “É inaceitável que doze mil trabalhadores levem duas horas para passar por um checkpoint para trabalhar em empresas israelenses”, constatou Magno Carvalho, da CSP-Conlutas, que viu de perto os abusos israelenses.

Assentamentos, prisões e humilhações: a presença sionista

Os assentamentos de Israel na Palestina ocupada são ilegais, mas brotam por toda Cisjordânia, dividida em três áreas: A, B e C, uma sob controle palestino, outra sob controle de Israel e outra mista. Mas isso não quer dizer nada para o avanço dos colonos, como Aline Baker testemunhou. “Por onde se caminha na Palestina se vê colônias israelenses, é assustador! E onde tem colônia, tem soldados e estradas particulares para os israelenses, tem opressão e agressão aos palestinos. Essas colônias, que são ilegais perante a Organização das Nações Unidas e à comunidade internacional, estão por toda parte e crescendo numa velocidade avassaladora.



Alerta: "Caminho para uma vila palestina, cuidado, perigo para israelenses"

A Missão visitou Hebron, onde testemunhou inclusive um tipo de segregação vertical. Uma rua central da cidade é separada em dois andares. Na parte de baixo, palestinos/as se protegem com uma tela que cobre a rua. Na parte do alto, israelenses lançam lixo e objetos sobre a tela que os isola dos/as antigos/as moradores/as.

"Em Hebron, os palestinos são obrigados, por força de tanques, fuzis e metralhadoras, a conviver com mandos e desmandos diários dos ocupantes, entrincheirados em bairros centrais por detrás dos checkpoints", constatou o jornalista Leonardo Severo, da CUT. A delegação ouviu relatos de Ahmad Jaradad sobre a proibição aos/às palestinos/as de circularem de carro ou acionarem ambulâncias. "Mesmo se for algo emergencial, de doença grave, a pessoa precisa informar antes a Autoridade Nacional Palestina, que por sua vez, precisa pedir autorização a Israel. Assim, muitas pessoas acabam tendo que socorrer os entes queridos carregando-os nas costas, já que é mais rápido do que aguardar por Israel. Isso é vexatório e humilhante", relatou o jornalista.

Outro lugar visitado foi o vilarejo de Sualid, próximo da cidade de Hamalah, na Cisjordânia,

onde Integrantes da Missão testemunharam uma "mini-intifada", como chamou a jornalista Eliane Gonçalves. Todas as sextas-feiras, há manifestações e enfrentamentos na cidade. Soldados israelenses chegam armados e lançam bombas de gás. Jovens atiram pedras e alguns saem feridos. Um deles, alvejado quando criança durante as manifestações, está paraplégico. Outros estão presos.

"Eu nunca tinha ouvido falar tanto em prisão", diz Eliane Gonçalves. "Uma espécie de assombração que paira por trás das muitas proibições. Qualquer coisa pode ser interpretada como suspeita e se o papel (documento palestino) for verde, pode dar cadeia. Me lembro das pessoas recomendando: "aqui não pode fotografar", "aqui não pode parar", "aqui não pode entrar"."

Numa dessas, Eliane também foi barrada. "Foi banal. Mas dessas banalidades que ajudam a dar a dimensão das interdições. Pensei em visitar o Muro das Lamentações, em Jerusalém, o lugar sagrado dos judeus. Mas levava, enrolado na bolsa, um cartaz que comprei em uma das muitas tendas da cidade. Um dos soldadinhos de papel azul (documento israelense) viu o cartaz e disse: não pode. Pronto, não entrei."



“Boicote Israel” – ruas de Hebron

O cartaz que Eliane levava é a reprodução do desenho de um artista sionista e que, em 1936, foi usado como propaganda pelos próprios sionistas para promover o turismo local. “Hoje, o desenho virou uma testemunha incômoda de que todo mundo ali, até mesmo quem nega de pés juntos, sabe bem o nome do lugar em que estávamos pisando”, conta Eliane. O cartaz sionista de 1936 diz: Visite a Palestina!

Voltar para casa, um direito de cinco milhões de palestinos/as

Foi o velho taxista de Hebron quem levou parte da delegação de volta à Ponte Alenby, passagem para a Jordânia. No caminho, falou da família, de parentes que moram no Brasil, na cidade de Campinas, mas não conseguem visto para visitar os que ficaram. Bassan Lahleh também gostaria de viajar e ver essas pessoas, mas sabe

que enquanto houver ocupação, não terá visto de saída nem recursos. Com duas filhas jovens casadas, ele sequer consegue ver o filho mais velho, de 30 anos, se casar. Recebendo 18 dólares por dia, não é possível juntar o dote que precisa dar à família da noiva. Disse isso com mágoa, lembra Glauciana. “Ele contou que a situação é muito comum em seu país. Os jovens sonham em se casar e constituir família, que é uma forma de resistir, contudo o desemprego assola. Alguns, em momentos de desespero, tentam pular o muro e são alvejados. Não aguentei”, ela admite. “A cada história minha perplexidade aumentava. Deixei a Palestina chorando.”

De volta à Jordânia, a delegação voltou a encontrar Soraya e Mohamed, que durante a separação do grupo decidiram visitar o campo de Baqaa, em Amman, capital da Jordânia. Criado em 1968, é um dos dez administrados pela UNRWA (agência das Nações Unidas responsável pela assistência aos/às refugiados/as palestinos/as) no país. “Em suas ruelas estreitas, que lembram algumas favelas brasileiras, o campo abriga mais de 100 mil habitantes, segundo dados oficiais, e cerca de 300 mil, conforme os/as moradores. Entre eles, vários viveram a Nakba, em 1948”, constatou Soraya Misleh. Eles/as estão a 150 quilômetros da Palestina, mas não podem voltar para casa. E os/as mais jovens não podem conhecê-la. Hoje há cerca de cinco milhões de palestinos/as vivendo em campos de refugiados/as, na diáspora.

Soraya conta que foi comovente para os/as visitantes ouvir Abu Haitham, um palestino de 80 anos expulso de sua terra juntamente com a família em 1948, sobre a sua convicção de que voltará à Palestina. “Ele me disse que a ideia pode ser de que o sionismo é indestrutível, mas é o contrário. Que vamos continuar lutando, expondo-o”, recorda. Ao saber que ela é jornalista e que havia mais jornalistas na Missão, outro refugiado, Abu Jamil, de 45 anos, chamou-os/as de jornalistas livres e pediu: “Contem ao mundo a verdade. Estamos lhes dando o fardo da questão palestina para carregarem.”

“1. O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.” (...)

“4. As alternativas propostas no Fórum Social Mundial contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas visam fazer prevalecer, como uma nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todas/os cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.”

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Entre os dias 24 e 28 de março de 2015, realizou-se em Túnis, capital da Tunísia, mais uma edição do Fórum Social Mundial (FSM). O evento aconteceu em uma difícil conjuntura, marcada por um atentado ocorrido seis dias antes do evento, em 18 de março, em que 24 pessoas das mais diversas nacionalidades e regiões do mundo foram brutalmente assassinadas, deixando ainda outras 45 feridas. Isso não impediu que cerca de 45.000 ativistas, de 4.400 organizações e movimentos de mais de 120 países, marcassem sua presença no FSM, reforçando o apoio ao povo tunisiano em sua luta contra forças conservadoras e antidemocráticas que ameaçam o fortalecimento da democracia nesse país.

A delegação brasileira, a maior vinda da América Latina, destacou-se pela sua diversidade. O Coletivo Brasileiro rumo ao FSM 2015 na Tunísia foi responsável pela organização de um total de mais de 200 pessoas, representando cerca de 100 organizações e movimentos de todo Brasil e dos mais diversos segmentos. Esta publicação traz um relato das atividades centrais feitas no marco do projeto que permitiu a participação dessa diversidade de atores e atrizes, bem como fotos e documentos relativos às múltiplas articulações nas quais a sociedade civil brasileira está envolvida internacionalmente.



Patrocínio:

